

retrato

doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº 27 | OUTUBRO DE 2009



CRISE

Até que ponto ela afeta a vida dos que vivem dos pequenos negócios?

GUERRA

Apesar dos esforços de Obama, no Afeganistão os talibãs mostram sua força



BIODIESEL

A ideia era ajudar os pobres. Até agora, só os ricos ganharam

1ª CONFECOM

A grande mídia parece só querer discutir amenidades



OS MODELOS DE DEMOCRACIA DE EUA E CHINA

UM SERVE AOS PROPÓSITOS IMPERIALISTAS DO PAÍS MAIS PODEROSO DO MUNDO. E O OUTRO, QUE AGORA COMPLETA 60 ANOS?

Leia retrato doBRASIL

política • economia • cultura • ciência
analisados com profundidade



www.retrato

experimente
ler para
concluir:
a realidade dos
fatos está na
imprensa popular

dobrasil.com

06 **Ponto de Vista** **AS DEMOCRACIAS DE HU E OBAMA**

Há sentido em pretender que a China adote o mesmo modelo democrático que serve aos propósitos imperialistas do país mais poderoso do mundo?

09 **SÓ AMENIDADES**

Parece que as grandes empresas da mídia não querem discutir qualquer assunto polêmico na 1ª Conferência Nacional de Comunicação

[Rafael Hernandes]

18 **ATIRANDO PARA MATAR**

A violência da polícia de São Paulo aumentou. Na maior favela da capital, um assassinato fez explodir a revolta da população
[Marina Amaral]



12 **PEQUENAS EMPRESAS, GRANDES QUESTÕES**

De que forma a crise afeta os micro e pequenos empresários? Qual seu real peso econômico e seu papel no desenvolvimento do País? [Tânia Caliar]



21 **O SONHO ACABOU?**

O governo anunciou que o biodiesel de mamona tiraria da pobreza 1 milhão de pequenos agricultores. Até agora, só os grandes produtores ganharam
[Lia Imanishi]

29 **ELEIÇÃO DEBAIXO DE BALA**

No Afeganistão, centenas de milhares de soldados e policiais não impediram que os talibãs continuasse a impor derrotas às forças de ocupação ocidentais
[Yuri Martins Fontes]

38 **LUTA DE CLASSES ISLÂMICA**

Ahmadinejad, o presidente do Irã que lidera os mulás pobres, quer realizar mudanças que conflitam com o interesse dos aiatolás ricos
[Flávio Dieguez]



32 A REVOLUÇÃO AOS 80

Os comunistas chineses começaram sua revolução em 1929 e chegaram ao poder vinte anos depois. Agora, com a crise, enfrentam seu maior desafio

[Raimundo Rodrigues Pereira]

41 'ENFIA ESSA CÂMERA NO RABO'

O grande vencedor do Festival de Cinema de Gramado deste ano foi *Corumbiara*, com suas imagens que ultrapassam a função estética

[Leandro Saraiva]

44 AUTÓPSIA DO TERROR

A violência política é o tema do bom livro do historiador David Andress. Uma de suas falhas é assemelhar as ações de Robespierre às de Bush

[Lincoln Secco]

47 EMILY ENTRE NÓS

A maior poeta dos EUA, que os críticos comparam a Walt Whitman, é cada vez mais reconhecida entre os brasileiros

[Antonio Carlos Queiroz]



FALE CONOSCO:

www.retratodobrasil.com

CARTAS À REDAÇÃO

cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj.42
cep 05432-000 são paulo - sp

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

CAPA Chico Max

EXPEDIENTE - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira EDIÇÃO Armando Sartori REDAÇÃO Carlos Azevedo • Flávio Dieguez • Lia Imanishi • Rafael Hernandes • Sônia Mesquita • Tânia Caliarí DIREÇÃO DE ARTE Chico Max EDIÇÃO DE ARTE Pedro Ivo Sartori REVISÃO Silvío Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Antônio Carlos Queiroz • Carla Bispo • Leandro Saraiva • Lincoln Secco • Marina Amaral • Yuri Martins Fontes • **Retrato do BRASIL** é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO Marcos Montenegro DIRETOR EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira

GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas REPRESENTANTE EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • ASSESSORIA EDICASE [www.edicase.com.br] DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press

TIRAGEM 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]





Reuters

As democracias de Hu e Obama

O regime político americano não é um modelo ideal. E é descabido pretender que a China deva copiá-lo

A DEMOCRACIA CLÁSSICA do mundo antigo, a Cidade-Estado de Atenas, na Grécia, era, meio milênio antes de Cristo, uma comunidade de cerca de 30 mil cidadãos livres apoiada no trabalho de 250 mil escravos. Atenas não é uma exceção: não existe democracia universal construída fora do tempo e do espaço; qualquer regime político apoia-se em um sistema econômico determinado e historicamente construído. E é assim tanto para a democracia considerada modelo, do presidente americano, Barack Obama, quanto para a democracia popular, do

presidente chinês Hu Jintao, a qual completa 60 anos.

Em sua posse, no início deste ano, Obama fez uma espécie de recapitulação dos grandes momentos da história americana. “Por nós”, disse, “nossos antepassados lutaram em Concord, Gettysburg, Normandia e Khe Sanh”. Essas quatro batalhas permitem dividir a história americana em duas fases: a de Concord a Gettysburg, quando a democracia se ampliou e consolidou-se internamente, e a da batalha da Normandia à de Khe Sanh, quando evoluiu para a pretensão de ser um

modelo para o mundo e acabou se tornando, de fato, a expressão das pretensões imperialistas americanas.

Em Concord, um vilarejo a cerca de 30 quilômetros de Boston, os habitantes das Treze Colônias travaram, em 1775, contra o Exército imperial britânico, sua primeira grande batalha pela independência. Gettysburg, na Pensilvânia, em 1863, foi um combate decisivo para o governo do então presidente Abraham Lincoln. Abriu caminho para a vitória do norte na Guerra da Secessão, que manteve a unidade do país e acabou com a escravidão defendida pelos estados do sul.

Nesse período, de início, o sistema democrático americano era muito restrito: como na Atenas clássica, poucas pessoas votavam. Mas os direitos se ampliaram. Em 1812 foram suspensas as limitações de voto para pessoas que não tivessem um mínimo de propriedades. Pouco depois da guerra civil, em 1870, os homens negros adultos puderam votar (as mulheres, mesmo as brancas, conquistaram tal direito depois de 1920).

A invasão da Normandia, em 1944, sustentada principalmente pelo poderio americano, abriu a grande frente de batalha das democracias ocidentais na Europa, importante para a vitória dos Aliados contra o nazifascismo na II Guerra Mundial. Khe Sanh, no Vietnã, foi um esforço bem-sucedido dos americanos para defender a base cercada pelos guerrilheiros do Vietcong por 77 dias; ocorreu em 1968, na etapa final de uma guerra imperialista perdida. Nesse mesmo ano, o governo americano iniciou negociações para retirar o contingente militar que mantinha no Vietnã do Sul e cuja derrota já se vislumbrava. A essa altura, os EUA não eram mais o exemplo para os povos de grande parte do mundo. Especialmente para a Ásia, havia surgido o modelo das democracias populares baseadas na experiência da Rússia soviética.

A história dos Estados nacionais é contada geralmente como uma história europeia, diz Giovanni Arrighi em *Adam Smith em Pequim* (Boitempo, 2008), obra monumental sobre a ascensão chinesa. Os Estados nacionais asiáticos, no entanto, são muito mais antigos, diz ele. Os EUA, por exemplo, consolidaram-se, com uma área cerca de três vezes maior que a das treze Colônias iniciais, após a tomada de parte do México, em meados do século XIX. O Estado chinês nasce na dinastia Qin, 200 anos antes de Cristo. E o território atual do país – com a inclusão do Tibete e de Xinjiang, a província do extremo leste – forma-se em meados do século XVIII, na dinastia Qing.

Até meados do século XIX, a China estava no centro de um sistema de Estados asiáticos que dominava a economia mundial. As economias de China e Japão representavam mais de 35% do PIB global; EUA e Grã-Bretanha, menos de 10%. A ascensão britânica ao primeiro posto do sistema econômico global não foi o resultado da competição nos mercados e da liberdade política,

diz Arrighi, nas conclusões de sua obra. A Grã-Bretanha não “invadiu” a China com um “exército” de tecidos baratos resultantes da sua produção com máquinas a vapor. As máquinas a vapor que conquistaram a China foram as dos navios da frota britânica, diz ele. Mais ainda, diz Arrighi, o uso da força militar “foi resultado direto da incapacidade dos mercadores britânicos de penetrar por meios legais no mercado chinês”.

O produto básico que os britânicos conseguiram vender no mercado interno da China foi o ópio da Índia. O império chinês tentou proibir esses negócios por um decreto de 1838. O documento diz:

Os EUA definem suas questões internas pelo voto, mas se acham no direito de impor ao mundo – pelas armas – o que entendem por democracia. Se seguisse tal rumo, a China deveria se armar para disputar o domínio do planeta

“Caso não se tomem providências em nossa defesa, a riqueza útil da China será jogada no abismo sem fundo das regiões ultramarinhas”. A referência é ao fato de os chineses exportarem produtos baratos e obterem prata da Europa, mas terem de repassar essa prata para a Índia, em função do comércio do ópio. Das relações subordinadas da Índia com a Inglaterra, a prata chegava aos britânicos.

A Guerra do Ópio foi a resposta britânica à proibição da venda da droga. À derrota chinesa seguiram-se, entre 1841 e 1898, quatro tratados, que deram à Grã-Bretanha direitos perpétuos sobre a ilha de Hong Kong e áreas continentais próximas. O enfraquecimento chinês teve outra consequência de longo alcance: mudou a correlação das forças internas na Ásia. Em 1894, os japoneses declararam guerra à China e estabeleceram regimes aliados na Coreia e na ilha de Taiwan. Em 1905, derrotaram

a Rússia e ocuparam a Manchúria. Aí teve início o desmoronamento do império czarista: nesse mesmo ano surgiram, em Petrogrado, os soviets revolucionários de operários, camponeses e soldados que inspiraram o modelo de governo implantado no país a partir de 1917 com a vitória da revolução socialista russa.

Após a derrota e ocupação do Japão pelos EUA em 1945, uma república de modelo ocidental foi imposta ao país. Na China, entretanto, os americanos fracassaram. Um governo democrático de tipo parlamentarista ocidental tinha sido instalado ali no início de 1912, sob a liderança de Sun Yat-sen, um revolucionário “nacionalista e protossocialista”, como o define a Wikipédia.

Sun era admirador de Lincoln, e seus “três princípios” teriam vindo de “um governo do povo, pelo povo e para o povo”, do famoso discurso do presidente americano endereçado às tropas que participaram da batalha de Gettysburg. Mas a formulação de Sun era bem diferente. Ele pregava: a democracia, o anti-imperialismo e a melhoria das condições de vida do povo. Em 1924, no congresso do Kuomintang (KMT) – partido que o apoiava, do qual participavam nacionalistas e comunistas –, foi aprovada, sob sua liderança, a seguinte declaração: “Nos Estados modernos, o chamado sistema democrático é geralmente monopolizado pela burguesia e se converte num instrumento de opressão do povo simples”.

A morte de Sun Yat-sen em 1925 praticamente dissolveu a frente ampla que apoiava a república. Em 1927, Chiang Kai-shek, que assumiu a direção do KMT, organizou o massacre das lideranças sindicais e comunistas de Xangai. O Partido Comunista (PC) chinês criou, no mesmo ano, sob o comando de Mao Zedong, um soviete na província de Jiangxi, cuja base principal era o trabalho com o campesinato, que constituía então 90% do povo do país.

A partir de 1934, durante o recuo que o PC foi obrigado a fazer para fugir do cerco do exército nacionalista, Mao afirmou-se como a grande liderança do partido, ao comandar a Longa Marcha, o principal dos grandes movimentos feitos pelo então nascente Exército de Libertação Popular. Mao também comandou a resistência à ocupação ▶

japonesa. Esta começou em 1931, com a instalação de um governo monárquico pró-japonês nas províncias do nordeste do país e se ampliou para todo o litoral e uma grande faixa em direção ao interior, a partir de 1937.

Em agosto de 1945, sob o impacto das bombas atômicas americanas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, o Japão foi ocupado e suas tropas deixaram a China. Em dezembro daquele ano, numa conferência em Moscou, os ministros das Relações Exteriores de URSS, EUA e Grã-Bretanha reafirmam sua decisão de “não intervir nos negócios internos da China”. Mas não foi isso que os americanos fizeram. De palavra, respeitaram o acordo. De fato, apoiaram Chiang Kai-chek de todas as formas possíveis.

E fracassaram em pouco tempo. Acabaram transportando as tropas remanescentes do líder do KMT para Taiwan, onde ele fundou a República da China, 20 dias após a criação da República Popular, a 1ª de outubro de 1949. Para explicar o fracasso, Dean Acheson, então secretário de Estado americano, apresentou um “livro branco” ao presidente Harry Truman, no qual diz que o apoio ao KMT, apesar de suas grandes debilidades, era a única possibilidade

que os americanos tinham, visto que não podiam simplesmente ter deixado o país nem realizar militarmente a tarefa que Chiang Kai-chek tinha sido incapaz de concluir nos muitos anos de sua luta contra os comunistas.

A Constituição chinesa diz que “a República Popular da China é um Estado socialista sob a ditadura democrática do povo, dirigida pela classe trabalhadora e baseada numa aliança de operários e camponeses”. Sob esse sistema, não existe um congresso de políticos profissionais, como no Brasil. A cada cinco anos, os chineses elegem uma Assembleia Popular, com cerca de 3 mil representantes de todo o país, que anualmente se reúne por 12 dias, em Pequim, para debater e votar projetos de lei, aprovar orçamentos e confirmar a nomeação de funcionários.

O sistema partidário oficial, diz um relatório de 2007 do Conselho de Estado da China, “é diferente tanto do sistema de competição com dois partidos ou multipartidário dos sistemas ocidentais como dos sistemas de partido único que existem em outros países”. O sistema chinês funciona à base da cooperação de nove partidos, “sob a liderança do PC”. Os outros oito são forças políticas

que participaram, de alguma forma, com os comunistas, da tomada do poder em 1949. Organizados até hoje, elegem representantes para a assembleia nacional e diversas assembleias preparatórias regionais. A cooperação desses partidos se dá formalmente por meio do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, que também tem uma reunião anual.

O sistema chinês de democracia popular, nesses seus 60 anos de vida, realizou gigantescas transformações no país e conseguiu manter sua unidade territorial e sua soberania. Não tinha e não tem, pode-se dizer, por que se basear no modelo americano. Os EUA definem suas questões internas pelo voto desde a Guerra da Secessão. Igualmente há muito tempo se consideram no direito de impor ao mundo – pelas armas – o que pretendem seja a democracia. Se seguisse esse caminho, a China deveria armar-se para disputar com os EUA o domínio do mundo. Os chineses não tiveram, não têm nem anunciam a pretensão de ter bases militares ou Forças Armadas fora de seu país. Nesse sentido, pelo menos, louvem-se os 60 anos da República Popular da China. ■

Exercício de militares em porta-aviões dos EUA, navegando no Mar do Sul da China: o poder de intervenção americano é global



Reprodução

SÓ

Durante a organização da 1ª Confecom, ficou claro que as grandes empresas não querem discutir assuntos polêmicos

por Rafael Hernandes

AMENIDADES

O CHAMADO controle social da mídia é censura? Para os grandes veículos de comunicação, avaliar publicamente o conteúdo do que é veiculado pela imprensa escrita, por estações de rádio e TV e outras formas de divulgação de informação é encarado como uma forma de censura. Essa proposta, que partiu de diversas entidades sociais de comunicações, tem sido, até agora, um dos principais problemas para a organização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Um encontro em que devem ser analisados outros temas de alto interesse, como o de tornar mais amplo e claro o processo de renovação e concessão de emissoras de rádio e TV e as mudanças na legislação tendo em vista as novas tecnologias (como a internet).

A Confecom, marcada para realizar-se no início de dezembro, é o resultado de anos de batalha de associações da chamada sociedade organizada e considerada por elas como o fórum ideal para

que qualquer brasileiro interessado possa discutir o modelo de comunicação do País. Deve ser palco para apresentação de sugestões para o aprimoramento e renovação da legislação, incluindo todos os meios existentes – televisão, rádio, internet, telefone – durante as plenárias regionais e, especialmente, na nacional, a ser realizada em Brasília. O próprio tema dá uma ideia da abrangência do encontro: “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”.

LUTA HISTÓRICA

No Brasil, esse tipo de conferência setorial é realizado desde 1941, ainda durante o Estado Novo, quando foi realizada a primeira Conferência Nacional de Saúde. Com o passar dos anos, a tendência estendeu-se para outras áreas, como educação, meio ambiente, direitos humanos, etc. O intuito desse tipo de encontro é ser um mecanismo para a discussão das

políticas públicas, envolvendo representantes do governo e da sociedade. Foi em uma dessas conferências, por exemplo, que surgiu a ideia do Sistema Único de Saúde (SUS).

A comunicação é uma das últimas áreas a acertar um encontro do gênero. Segundo Fernando Paulino, do Instituto de Educação Superior da Universidade de Brasília (UnB), essa é uma luta histórica e se intensificou com a criação da Comissão Nacional Pró-Conferência, há cerca de dois anos. Dela participam não só representantes de associações ligadas diretamente à comunicação – como Intervezes, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Associação Brasileira de Canais Comunitários (Abccom) –, mas também entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). ▶



De acordo com Paulino, a pressão pró-conferência chegou ao seu ápice no início deste ano, durante o Fórum Social Mundial, em Belém (PA), quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu realizá-la. Em meados de abril, foi publicado decreto convocando a Confecom e, no mês seguinte, foram anunciados os membros da comissão organizadora. Foi quando começaram os desentendimentos.

Nos meses que se seguiram, diversas e inconclusivas reuniões foram realizadas entre as três partes interessadas (governo, entidades civis e empresariais). Nem sequer foi definido o regimento interno do encontro, indispensável para sua realização. Sem ele, não era possível estabelecer a participação de cada setor – número de delegados e votos que cada parte tem direito – nem definir o quórum necessário para aprovação dos temas discutidos. A falta do regimento também impossibilitava a convocação das reuniões regionais prévias (municipais e estaduais), nas quais são debatidos os temas para a pauta da etapa nacional e eleitos os delegados.

PESO POLÍTICO

Foi essencialmente em torno da participação setorial e do quórum que a discussão se concentrou durante os meses de julho e agosto. O governo Lula, empenhado na realização da conferência, colocou na negociação representantes de peso, como os ministros das Comunicações, Hélio Costa, da Comunicação So-

cial, Franklin Martins, e da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci. Segundo Roseli Goffman, representante do FNDC nas negociações, em julho as entidades empresariais entregaram ao governo uma carta com várias exigências para participarem do evento, entre as quais a equiparação do número de votos com as entidades civis.

Uma fonte diretamente envolvida nas negociações diz que governo e empresas teriam chegado então a um consenso, com a proposta de que os

Governo e empresas fizeram acordo. E as entidades civis, que resistiam, acabaram cedendo

delegados (e, conseqüentemente, os votos) seriam divididos em 40% para as entidades empresariais, outros 40% para as entidades civis e 20% para o governo. Nos assuntos considerados “sensíveis”, a aprovação seria por 60% mais um voto, tornando necessário que ao menos um membro de cada setor votasse a favor para que cada pauta fosse aprovada.

O fechamento desse acordo dependia das entidades civis, que discordavam de ambos os itens e exigiam menor participação dos empresários. Também queriam que as votações fossem decididas por maioria simples. Em nota divulgada à imprensa, o Intervozes afirmou não haver “qualquer justificativa razoável para que os empresários do setor tenham garantidos, de antemão, 40% do universo dos delegados da conferência”. No texto, lembrava que em nenhuma das conferências realizadas desde o início do atual governo o percentual reservado aos empresários havia ultrapassado 30%.

Os empresários resolveram endurecer o jogo. Seis de suas oito associações convidadas a participar do debate – Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), Associação dos Jornais de Interior (Adjori), Associação Brasileira dos Provedores da Rede Internet (Abranet) e Associação Brasileira de TV por Assinatura (Abta) – decidiram sair da comissão organizadora. Em nota conjunta, afirmaram que sua posição – que alegaram ser a da defesa dos “preceitos constitucionais da livre iniciativa, da liberdade de expressão, do direito à informação e da legalidade” – foi entendida como um “obstáculo” por outros interlocutores da comissão e por esse motivo abandonavam a organização do evento, deixando livre às entidades a participação posterior na conferência em si. Apenas a Associação



Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil) e a Associação Brasileira de Radiodifusão (Abra), que reúne as emissoras Band e RedeTV!, permaneceram na comissão.

Depois, as associações civis recuaram e aceitaram a adoção do modelo de distribuição dos delegados, o chamado 40/40/20. Quanto ao quórum, o modelo adotado é praticamente igual ao que já havia sido discutido. Decidiu-se que os assuntos “sensíveis” terão de ser aprovados por uma maioria de 60% dos votos, sendo necessário que ao menos um representante de cada uma das três partes vote favoravelmente. Segundo o consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara, cada uma das partes poderá indicar assuntos que necessitem de aprovação especial, precisando para isso da concordância de ao menos metade de seus representantes. Os demais temas poderão ser aprovados por maioria simples – 50% mais um voto.

Bechara explica que as conferências estaduais terão a mesma proporcionalidade de participação da nacional e nelas serão eleitos 1.319 delegados (mínimo de 21 e máximo de 180 por estado). No total, o número previsto de delegados é de 1.539 – as vagas restantes serão ocupadas pelos 66 membros da comissão organizadora e por 154 pessoas indicadas diretamente pelo governo federal.

Para Roseli, garantir a realização da Confecom foi a grande conquista do movimento social. O risco, segundo ela, era de a conferência ser adiada “indefi-

nidamente”, ser realizada “em período eleitoral”, sendo assim “esvaziada em seus pleitos”. “Tivemos de ceder para viabilizar uma conferência tripartite”, diz.

O real motivo das divergências, como seria de se esperar, são os temas em debate. Paulino destaca artigos da Constituição que se referem à comunicação, mas que até hoje não são respeitados ou nem foram regulamentados, como os relacionados com a regionalização da programação de rádio e TV e a promoção de atrações que respeitem os valores éticos e sociais da pessoa e da

A grande mídia prega a transparência. Mas não quer se sujeitar a essa regra

família. Ele também chama a atenção para o Conselho de Comunicação Social, previsto na Carta Magna para ser um órgão auxiliar do Congresso na orientação dessas discussões, mas que até hoje não existe.

Outro tema polêmico é o “controle social da mídia”. Para o jornalista e sociólogo Laurindo Leal Filho, apresentador do programa Ver TV, veiculado pela TV Câmara (canal da Câmara dos Deputados),

esse é um ponto crucial. Os empresários, entretanto, “dizem que é censura e não querem ouvir”. O que, para Leal Filho, é um erro, pois “na França, na Inglaterra, em Portugal, na Alemanha, no Japão e até nos EUA existem órgãos reguladores”. Paulino diz que muitos procuram dar à expressão o significado de controle prévio do que vai ser divulgado, quando, na verdade, ela está relacionada a mecanismos de prestação de contas. Para ele, poderia-se substituir a palavra “controle” por “regulação” dos encargos, contrapartidas que os concessionários têm ao adquirir uma concessão do Estado como a radiodifusão.

DESQUALIFICAÇÃO

Retrato do Brasil tentou por diversas vezes em vão falar com representantes das empresas de comunicação. Nas poucas informações sobre a conferência veiculadas por essas empresas, no entanto, fica evidente sua posição, como nos editoriais publicados por dois dos maiores jornais do País. O texto da *Folha de S. Paulo* desqualifica qualquer conferência que tenha participação do poder público ao afirmar que “governos não vestem bem o figurino de patrocinadores de ‘discussões’ desse tipo”. Aponta que “a conferência de mídia e suas assembleias intermináveis” são “migalhas para manter cooptado o petismo de raiz”. Já *O Estado de S. Paulo* afirma que a saída de várias entidades empresariais (movimento do qual fez parte) “pôs em xeque a legitimidade da conferência” e que esta poderá “se converter num comício partidário para atacar os meios de comunicação”.

Para Leal Filho, as discussões na Confecom serão ainda mais difíceis do que em qualquer setor: “Com o poder que eles [empresas de comunicação] têm, não permitem que haja voz alternativa, para o contraditório. Eles têm sempre a última palavra”. Roseli concorda. Segundo ela, as empresas “querem transparência no Congresso e no Executivo, mas não questionam a própria transparência de suas ações”.

A evidência de que se trata de um caso em que a discussão de assuntos agudos deve ser evitada – ou, ao menos, limitada – surge quando se leva em conta que as propostas aprovadas durante a Confecom não terão qualquer efeito legal imediato. Apenas serão entregues ao governo e ao Congresso, que decidirão sobre a implantação de cada sugestão. E, como se sabe, em ambas as instâncias as empresas têm força suficiente para impedir mudanças mais profundas no sentido proposto pelas entidades civis. ■







PEQUENAS EMPRESAS, GRANDES QUESTÕES

A presença marcante dos micro e pequenos empresários na vida nacional nos leva a discutir seu real peso econômico e seu papel no desenvolvimento do País

por Tânia Caliari

HÁ NO FINAL da W3 Norte, grande avenida de Brasília, na chamada asa norte do avião que forma o traçado da cidade, uma espécie de quartel-general onde se arquitetam estratégias de sustentação das micro e pequenas empresas do Brasil. O prédio revestido por grandes persianas verticais azuis abriga a sede nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae. Ali, no início de setembro, equipes de diferentes setores se reúnem para finalizar o plano para seu funcionamento para os próximos três anos.

Há agitação no ar, otimismo. Para os funcionários e gerentes, é um bom momento de atuação para o Sebrae. Eles vislumbram reais perspectivas de consolidação e crescimento para as micro e pequenas empresas (MPEs) no País. Isso, segundo sua análise, graças à relativa estabilidade econômica, ao maior nível de preparação dos empreendedores e a avanços institucionais. Sua missão é orientar as empresas nascedouras e ajudar na gestão das que já existem.

RESSUSCITAÇÃO

“Nosso negócio é a pequena empresa”, diz Etel Tomaz, assessora do presidente, Paulo Okamoto. “Em qualquer país do mundo, existem políticas de apoio a micro e pequenas empresas, que são necessárias tanto como fornecedoras e distribuidoras para as grandes quanto como geradoras de emprego e renda para grande parte da população”, avalia Etel. Funcionária do Sebrae há 22 anos, ela se recorda quando a instituição passou a ser uma entidade civil privada, sem fins lucrativos. Foi no governo do presidente Fernando Collor (1990-1992), que desmantelou uma série de organismos estatais, atingindo o “Cebrae”, com “c” de centro, criado pelo governo federal em 1972 para desenvolver programas de apoio ao pequeno empresário brasileiro. Morto por Collor, o Cebrae ressuscitou como Sebrae.

Segundo Etel, nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso a entidade esteve muito voltada para a economia de baixíssima escala, para os empreendimentos dos muito pobres, atuando quase como um agente de assistência social. Agora, tem se dedicado mais, como frisa em texto Okamoto, ao “empreendedor por oportunidade, ►

que, pela opção escolhida, pode ter mais persistência e segurança no que faz ou irá fazer”. “Oportunidade”, no caso, é uma palavra utilizada para contrapor-se a “necessidade” e é termo de suma importância, como se verá adiante, para entender a natureza do empreendedorismo no Brasil, o peso real das MPEs na economia e seu papel no desenvolvimento nacional.

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2008, existem no País 7,1 milhões de empresas formalmente constituídas. O Sebrae trabalha com os dados da RAIS 2007, que registram um total menor, 6,1 milhões de empresas, sendo 99% delas micro e pequenos negócios. Pelos critérios da entidade, agrupam-se aí os estabelecimentos com até 49 ocupados nos setores de comércio e serviço e com até 99 ocupados na indústria. As MPEs seriam responsáveis por 52,9% dos trabalhadores ocupados e por 39% da massa salarial do País. E por 20% de toda a riqueza gerada pela economia nacional em 2004, último ano para o qual está disponível tal tipo de dado.

Além das empresas formais, existem os negócios informais, que somam 10,5 milhões, segundo a pesquisa Economia informal urbana, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

Pinto: quantidade é boa, falta qualidade



Antoninho Perri/Unicamp

realizada em 2003. Os dados do IBGE expõem cruamente a precariedade desses pequenos agentes econômicos: 88% dos negócios informais são de trabalhadores por “conta própria”, que trabalham sozinhos, sem empregados.

PAPEL IMPORTANTE

Qual o real papel dos micro e pequenos, formais ou não, no desenvolvimento do País? Os dirigentes do Sebrae têm uma avaliação absolutamente positiva à questão. “Partimos da seguinte constatação: o Brasil tem 5,5 mil municípios”, explica Juarez de Paula, gerente de Desenvolvimento Territorial. “Destes, mais de 5 mil têm menos de 50 mil habitantes, e as grandes empresas se concentram em apenas cerca de 200

No Cariri Paraibano, a cultura de caprinos foi incentivada. O leite, a carne e o couro, tudo é aproveitado. Só se perde o berro

idades. O destino do desenvolvimento das pequenas cidades brasileiras depende em grande medida das pequenas empresas, porque são elas que geram emprego, renda, recolhem impostos nesses lugares, ainda que grande parte da população pobre e dos pequenos municípios brasileiros viva de repasses sociais e transferências de recursos da União e dos estados.” “Mas, além do Estado, esses pequenos só podem contar com as micro e pequenas empresas para se desenvolver, só tem elas”, completa.

A unidade dirigida por De Paula dedica-se a projetos implantados em áreas determinadas, envolvendo um ou mais municípios, e que abrangem atividades de diferentes setores econômicos.

Como exemplo de seu trabalho, ele cita os 30 municípios do Cariri Paraibano, que, a partir de um diagnóstico local, entenderam que a potencialidade do lugar era o bode, a cultura de caprinos. A partir daí, com a orientação do Sebrae, a mão de obra e os recursos financeiros, os conhecimentos locais foram direcionados para que dos animais só se perca o berro: o leite de cabra teve mercado garantido na merenda escolar da região; a carne continua alimentando os moradores locais e busca mercados gourmet; o couro abastece a pequena indústria regional e artesãos de calçado e artefatos.

A base desse trabalho é o entendimento de que o sucesso de um empreendimento não depende apenas da capacidade do empreendedor. Depende, sobretudo, do ambiente imediato onde ele vive: ambiente econômico, cultural e social. De Paula lida com 160 projetos espalhados por todo o País, que vão do turismo vinícola na Serra Gaúcha à criação de peixes ornamentais na região do Alto Rio Negro, no Amazonas, passando pela indústria de calçados femininos em São João Batista, em Santa Catarina, e pela mandiocultura da região de São José, no sul do Piauí.

Entre os projetos da unidade de Desenvolvimento Territorial, no entanto, não há nenhum que reúna pequenas empresas de base tecnológica. É claro que há no País pequenos empreendimentos que desenvolvem e aplicam tecnologia de ponta, como nas áreas de *software* e *game*, de eletrônica, de telecomunicações e informática, como as mais de 150 reunidas em Santa Rita do Sapucaí, no sul de Minas Gerais, e as do polo da aviação em São José dos Campos, no interior de São Paulo. Segundo o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), pesquisa realizada desde 1997 por um consórcio acadêmico liderado pela London Business School e que se tornou referência para os estudos sobre empreendedorismo no mundo todo, apenas 5% das MPEs brasileiras atuam na área de tecnologia.

EMPREENDEDORISMO É AQUI

A pesquisa, que no Brasil é realizada pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade com o apoio do Sebrae, é uma boa base para um diagnóstico sobre o empreendedorismo brasileiro e permite que se faça uma comparação



Antunes: ocultamento da precariedade

com outros países. Seus dados indicam que o Brasil é uma terra de empreendedores. Segundo o GEM, o País vem mantendo uma taxa de empreendedorismo (TEA) acima de dez desde que a pesquisa começou a ser feita. Nos resultados de 2008, a taxa é 12, ou seja, 12 em cada 100 brasileiros comandam algum tipo de empreendimento.

Silvio Aparecido dos Santos, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) que estuda o fenômeno há mais de 20 anos, diz que o empreendedor econômico é um agente propulsor da economia capitalista. Essa ideia, lembra, consagrou-se a partir da teoria do economista Joseph Schumpeter, que em meados do século XX criou o conceito de “destruição criativa”, considerando o empreendedor como um sujeito “que destrói a ordem econômica existente por meio da introdução de novos produtos e serviços, pela criação de formas de organização, ou pela exploração de novos recursos ou materiais”. “Ao fazer algo melhor do que o que existe no mercado, de uma forma diferente, ou criando mais valor, o empreendedor inovador acaba tomando o espaço de uma outra em-

presa que tem práticas superadas, que será destruída”, diz Santos.

Se essa atuação é uma das forças do crescimento econômico, parece bom que o Brasil tenha uma taxa alta de empreendedorismo. Se é assim, por que a TEA de muitos países desenvolvidos, como França, Japão, Alemanha e Itália, é baixa, de cerca de 5? E por que as taxas de países economicamente mais frágeis, como Bolívia, Peru e Angola, são muito mais altas que a brasileira (entre 22 e 29)?

“Nossa taxa de empreendedorismo está boa”, garante o gerente da Unidade de Atendimento Individual do Sebrae, Enio Pinto. “Nos EUA, onde o empreendedorismo foi consagrado, onde se aprende empreendedorismo na escola, a taxa é 10,7. Nesses outros

Para cada dois empreendimentos que surge no País, por oportunidade, há um por necessidade. Nos EUA são seis para um e na França, oito para um

países desenvolvidos, não há grande apetite empreendedor devido a uma série de programas sociais que protegem os cidadãos quando há desemprego e à falta de uma cultura empreendedora na sociedade. Já nos países mais desestruturados do que o Brasil, o jeito tem sido abrir um negócio para a criação de seu próprio emprego”, diz Pinto.

Se quantitativamente a taxa brasileira é boa, o problema, segundo Pinto, é a qualidade. “Para cada dois empreendimentos que surgem no País por oportunidade, há um por necessidade. É um avanço se compararmos com anos anteriores, quando havia mais iniciativas por necessidade. Ainda assim é uma proporção ruim, se pensarmos

que ela é de seis para um nos EUA e de oito para um na França.”

Santos destaca que o índice de mortalidade das empresas criadas por oportunidade é muito menor que o das criadas pelos empreendedores por necessidade, “pessoas que num determinado momento ficaram sem trabalho, não conseguiram uma nova oportunidade e aí, quase numa situação de ‘é isso ou nada’, se lançam no mercado de improviso”, diz. Esses empreendimentos, no entanto, são importantes porque, de certa forma, criam o novo emprego do sujeito. “Se ele conseguir criar mais dois ou três, é maravilhoso”, explica.

No texto de apresentação do GEM 2007 para o Brasil, o consultor sênior da pesquisa, Marcos Mueller Schlemm, aponta que “o fato de contarmos com um esforço produtivo tão elevado entre os indivíduos que se aventuram pela via da sobrevivência pode ser uma das causas do baixo crescimento qualitativo de nossa economia, na qual não acontecem as transformações no sentido schumpeteriano, da inovação e da ruptura com o existente”. Segundo o GEM, apenas 0,6% das MEPs brasileiras são consideradas inovadoras. Isso não significa, entretanto, que todas essas cerca de 50 mil empresas adotem sofisticadas tecnologias, pois, nos cânones da ciência da administração, inovação inclui a mera introdução de “algo de novo” no negócio, seja ao produto, ao processo produtivo, à gestão ou ao marketing.

POUCA INDÚSTRIA

No geral, as avaliações contidas nos relatórios do GEM sobre o contexto econômico e o empreendedorismo no Brasil são críticas. O estudo avalia de forma negativa o fato de a grande maioria dos pequenos empreendimentos estar concentrada nos setores de comércio e serviço, sobretudo nos de baixo valor agregado, como o varejista em geral. Isso porque, para um país com a nossa estrutura econômica e social, seria desejável uma maior participação do setor industrial para puxar o resto da economia. “Apesar de o perfil da economia dos demais países no mundo também ter o setor de serviços como parcela significativa no PIB, estudos mostram que para um país se beneficiar da participação do setor de serviços em sua economia é preciso, primeiramente, ter uma indústria sólida e diversificada ▶

que eleve o nível de renda per capita para 11 mil dólares [a do Brasil é US\$ 10,2 mil], o que caracterizaria uma economia mais complexa e sofisticada, demandante de serviços mais produtivos.”

O estudo aponta ainda que, do ponto de vista macroeconômico, um dos motivos que levam os jovens ao empreendedorismo de necessidade é o desaparecimento dos empregos principalmente na indústria. “Nos anos 1970, segundo o IBGE, a maioria dos empregos do país estava na indústria; em 2007 esse índice era pouco superior a 14%”, lembra o GEM.

De fato, o tema do empreendedorismo surgiu com força no cenário nacional num contexto de crise econômica, desemprego e desindustrialização. O primeiro estatuto da micro e pequena empresa foi criado em 1984, sob o impacto da crise do endividamento externo do início daquela década. O tema entrou na Constituição Federal de 1988 e a própria reestruturação do Sebrae em 1990 pode ser vista como uma necessidade de se organizar o movimento rumo ao mercado. A porção de trabalhadores assalariados no País passou de 64% da PEA (População Economicamente Ativa) em 1989 para 58% em 1995, estando hoje um pouco acima de 56%. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), no intervalo de dez anos (1993-2003) houve uma expansão de 40% da população ocupada como empregador e de 23% da dos que vivem como “por conta própria”.

Ao mesmo tempo em que ocorria a chamada reestruturação produtiva no mundo todo, que cortava grande parte da mão de obra do setor privado e deslocava trabalhadores do setor industrial para o trabalho precarizado, principalmente no setor de serviços, ocorria no Brasil um processo de privatização de inúmeras empresas estatais e serviços públicos que gerou novos potenciais empreendedores.

CADEIA FANTÁSTICA

Para ilustrar esse fenômeno, basta lembrarmos do surgimento, em todo o País, do que podemos chamar de a “fantástica cadeia produtiva do cachorro quente”. Desempregados de todas as áreas investiram seus recursos em pequenos veículos utilitários que chegavam da Coreia do Sul graças à

abertura comercial e eram equipados com uma espécie de minicozinha inventada especialmente para processar e estocar a salsicha e seus inúmeros acompanhamentos.

E, se o negócio é inovar, nesse processo o cachorro-quente foi alvo de profunda inovação por parte dos novos empreendedores. Que americano sonharia, ao morder o sanduíche sem graça de pão seco com uma salsicha solitária dentro, como é o típico *hot dog made in USA*, que esse produto seria totalmente repaginado por essa inventiva cadeia nacional que, além de agregar o purê de batatas, a ervilha, o queijo cheddar e a batata palha, ainda introduziu o processo termo-físico da “prensadinha” no final? O sucesso está

“Se o indivíduo está desempregado, ele que se torne empreendedor, como se fosse fácil. De cada 20 pessoas, uma ou duas têm algum resultado positivo”

disseminado pelas esquinas das grandes cidades do País, garantindo ainda hoje o sustento de muita gente.

Mesmo tal inventividade não seria, certamente, capaz de alterar a avaliação de Ricardo Antunes, sociólogo do trabalho e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em recente entrevista ao jornal do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, ele fala da atualidade do drama dos empreendedores por necessidade. Segundo Antunes, o mito do empreendedorismo ajuda a dourar a pílula para a situação de desemprego.

“Se o indivíduo está desempregado, ele que se torne empreendedor, como se fosse fácil se tornar empreendedor e como se em cada empreendedor criado

houvesse um novo vitorioso”, diz o professor. “Em geral, no empreendedorismo, para cada 20 pessoas, um ou dois têm algum resultado positivo. A grande maioria, depois de alguns meses ou pouco mais de um ano de tentativa, fracassa no seu empreendimento e, frequentemente, o empreendedorismo é uma forma de ocultamento de um trabalho precário. Isso cria, então, o que venho chamando de uma nova morfologia do trabalho, cuja consequência mais significativa é jogar bolsões e bolsões, mais de 1 bilhão de homens e mulheres, em escala global, no bolsão da superfluidez, da precarização estrutural do trabalho e dentro do desemprego.”

De fato, segundo apontam os dados do GEM 2007, a tendência de se buscar ocupação e renda no próprio negócio ainda é atual entre nós. Quase um terço dos empreendedores de 2007 partia para o novo negócio na condição de desempregados ou empregados sem registros em carteira. “Agregam-se a esse contingente de empreendedores as donas de casa, o que aumenta esse percentual para 37% dos empreendedores. Os empregados sem registro em carteira, os desempregados e as donas de casa são categorias características do empreendedorismo por necessidade.”

Em Brasília, no entanto, Bruno Quick, gerente de Políticas Públicas do Sebrae, está otimista. Afirmar que o empreendedorismo de oportunidade está despontando e que os empreendedores estão se qualificando mais. “Dê uma olhada nas taxas de mortalidade das micro e das pequenas. Têm caído.” A mortalidade de empresas novas ainda é alta, mas está melhorando. A última pesquisa do Sebrae Nacional sobre o tema aponta que, se em 2002, 49 em cada 100 encerravam suas atividades antes de completar dois anos de funcionamento, em 2005, esse número tinha caído para 22.

MUDANÇAS LEGAIS

Quanto ao ambiente institucional, avaliada negativamente pelos 36 especialistas ouvidos pela GEM 2007, Quick afirma que também está melhor. Ele contesta totalmente os dados da pesquisa Doing business 2008, realizada pelo Banco Mundial em 2007, segundo os quais no Brasil o tempo médio para se completar a abertura de um negócio é de 152 dias.

Em comparação, a média nos países da América Latina e do Caribe é de 68 dias. “As realidades no Brasil são diferentes. Tem lugar onde se levam dois anos para acertar tudo, e outros, como em Maceió, que há alguns anos já se consegue abrir uma empresa em dois dias.”

Quick apoia sua defesa em pelo menos duas recentes importantes mudanças. Em dezembro de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (123/06), que amplia e regulariza o tratamento diferenciado previsto na Constituição para as micro e pequenas empresas, definidas como as que têm um faturamento anual de, no máximo, 240 mil reais (micro) e as que faturam entre mais que 240 mil reais e 2,4 milhões de reais (pequenas). Um dos destaques da lei foi a criação do Simples Nacional, o chamado Super Simples, o imposto que, grosso modo, unifica tributações federais, estaduais e municipais, numa tarifa de 6% sobre o faturamento.

ATRÁS DOS INFORMAIS

Outro tópico da Lei Geral é a regulamentação da participação favorecida das micro e pequenas empresas nas licitações públicas para as compras governamentais. Segundo o Ministério do

Quick: micro e pequenas resistem à crise



Marcia Coughier/Agência Sebrae

Planejamento, se a participação dessas empresas aumentar dos atuais 17% para 30% das aquisições públicas da União, dos estados e dos municípios, serão gerados por ano cerca de 1 milhão de novos empregos.

Já em dezembro de 2008, foi aprovado o Projeto de Lei 128/08, que alterou a Lei Geral, permitindo a adesão de mais atividades econômicas ao Super Simples e criando a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI). Com o MEI, em vigor desde julho deste ano, o governo pretende “capturar” os empreendedores informais, oferecendo isenção de impostos federais e cobrando, além da contribuição obrigatória para a Previdência Social, de 51,15 reais mensais, 1 real pelo ICMS, imposto

“Se você quiser ver o capitalismo de verdade, vá olhar as pequenas empresas. Tem concorrência, falência por incompetência, livre mercado”

estadual, para as atividades de indústria e comércio, e 5 reais de ISS, imposto municipal para o setor de serviço. Das 170 ocupações de empreendedores individuais listadas no país, o MEI atende 148, deixando de fora as atividades intelectuais, artísticas, culturais, científicas, técnicas e desportivas, além de corretores, despachantes e instrutores.

Uma das vantagens apresentadas para atrair os informais que ganham de 2,5 mil até 3 mil reais por mês é a possibilidade de se obter crédito bancário para pessoa jurídica. Sabe-se que o empreendedorismo brasileiro é feito, fundamentalmente, a partir de recursos próprios ou de parentes. Mais de 60% dos entrevistados pelo GEM

2007 buscaram empréstimos junto a cônjuges, pais, avós, irmãos. Menos de 10% dos empreendedores citaram as linhas de crédito bancário como fonte de recursos. Outra pesquisa feita pelo Sebrae com 534 informais mostrou que, nos últimos três anos, apenas 13% deles pediram crédito bancário para seus negócios, dos quais 55% conseguiram. Com relação ao crédito, outra novidade é a criação de fundos garantidores de crédito para as MPEs pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Banco do Brasil.

Apesar de tais avanços, os pequenos não ficaram imunes à crise econômica: no primeiro semestre, por exemplo, as MPEs paulistas registraram queda de 10,1% no faturamento real em comparação com o mesmo período do ano passado. Se a crise se intensificar e houver aprofundamento do desemprego e da perda de renda, é capaz até que, além de perderem consumidores, essas empresas tenham em breve novos concorrentes no mundo empreendedor.

Quick é um dos que acreditam que o pior da crise já passou e que as micro e pequenas têm se segurado bem. “As micro e pequenas empresas criaram 450 mil empregos formais no primeiro semestre, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego [MTE], enquanto as médias e grandes demitiram 150 mil.”

“Se você quiser ver o capitalismo de verdade, vá olhar as pequenas empresas. Ali você tem concorrência, falência por incompetência, livre-mercado. Já entre as grandes estabelecidas, a empresa pode ter um serviço ruim, como o de telefonia, líder de reclamação no Procon, e mesmo assim consegue impor suas tarifas e ainda crescer!”, diz Quick. Ele certamente tem razão ao destacar como virtudes das pequenas empresas a livre concorrência e o estímulo à competição. O problema é que a tendência do capitalismo atual não é mais a do “verdadeiro capitalismo”. Hoje, vive-se a época das empresas gigantes, cuja concorrência entre si e os eventuais erros de administração não levam, necessariamente, à falência, como mostram as soluções adotadas pelos grandes estados capitalistas na crise atual. É nesse mundo em que os governos protegem principalmente os grandes que os micro e pequenos empreendedores, por vocação ou necessidade, vivem sua aventura de sobrevivência. ■



Juca Martins

ATIRANDO PARA MATAR

Em São Paulo, a violência policial aumentou. Os protestos provocados pelo assassinato de uma adolescente na maior favela da cidade são uma forma de reação a isso

por *Marina Amaral*

HELIÓPOLIS, A MAIOR favela de São Paulo, com 125 mil habitantes, é testemunha incômoda de quase 40 anos de abandono de sua população, que ali se estabeleceu por iniciativa da própria prefeitura, em 1972, após a remoção de favelas mais centrais. As 153 famílias despejadas das favelas de Vila Prudente e Vergueiro foram “provisoriamente” instaladas em um terreno de propriedade do antigo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), que na origem seria destinado à construção de um conjunto habitacional para operários, localizado a 25 quilômetros a leste da praça da Sé, o centro histórico paulistano.

No lugar das casas térreas que seriam construídas em lotes de 140 m², de acordo com o projeto do IAPAS, de 1943, os alojamentos de madeira que abrigaram os expulsos deram origem à favela, que se expandiu à medida que a cidade cresceu empurrando os mais pobres para a periferia – ainda hoje, 91% dos moradores de Heliópolis são de origem nordestina e apenas 10% deles votam em São Paulo. O que não quer dizer que sejam apolíticos: desde os primórdios, os moradores se organizaram em associações como a União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (Unas), que há 35 anos luta por condições dignas de vida para a população.

A mobilização da comunidade deu seus frutos: além das creches e cursos para as crianças e adolescentes da favela oferecidos pelas Unas, iniciativas como a Caminhada pela Paz, que há 11 anos busca apaziguar os ânimos em uma comunidade vítima da violência por parte de bandidos e policiais, atraíram diversas ONGs para a região – há até uma escola de formação para músicos de orquestra – e trouxeram visibilidade para os problemas da favela, recentemente incluída em um projeto de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal que pretende canalizar dois córregos e completar o saneamento básico – 38% das casas ainda não estão ligadas à rede coletora de esgoto.

Os progressos, no entanto, ainda estão longe de integrar a favela à zona de cidadania plena, vivenciada nos bairros nobres da cidade. A evasão escolar atinge um quarto dos adolescentes, os jovens continuam sem oportunidade de trabalho, e os serviços públicos funcionam de forma precária. “Essa separação entre bairro

e favela é o problema”, explica Antonia Cleide Alves, presidente da Unas, que cresceu em Heliópolis. “Eu pago minha conta de luz, o morador do Ipiranga também paga, mas, aqui na comunidade, a maioria das ruas é escura, enquanto lá tem luz. É assim com educação, saúde, lazer, temos de lutar diariamente para conseguir muito pouco”, diz.

“Com a polícia é a mesma coisa: aqui se invade casa sem mandado e se atira antes mesmo de saber quem é o alvo, desde o tempo do [ex-prefeito] Paulo Maluf e da Rota [unidade da Polícia Militar famosa por sua extrema violência]. Houve uma melhora nos últimos anos, o discurso da

“Aqui se invade casa sem mandado e se atira antes mesmo de saber quem é o alvo”

polícia e do governo mudou, mas os fatos deste ano mostram que alguma coisa está acontecendo novamente. Essa revolta de agora é resultado de um acúmulo de violência sofrida nesses últimos meses”, analisa Cleide.

A revolta a que Cleide se refere teve início por volta das 23h30 de 31 de agosto, quando os moradores da rua Cônego Xavier, cortada pelas vielas da favela, assistiram à morte de Ana Cristina de Macedo, de 17 anos. Mãe de uma menina de 2 anos, ela foi atingida no pescoço por um tiro disparado por Vicente Pereira Passos, da Guarda Civil Metropolitana (GCM) da cidade vizinha de São Caetano do Sul, que a confundiu com um suspeito de roubo de carro, perseguido, desde o município adjacente, pela viatura em que estavam mais dois policiais.

“Não foi tiro perdido, foi uma execução”, afirma Cleide, sem medo de errar. “Ele atirou para matar, não estava se defendendo. E, quando viu que tinha matado a pessoa errada, chamou reforço para se proteger, em vez de acudir a menina. As pessoas gritavam desesperadas por socorro e, como não acontecia nada, começaram a atirar paus, pedras, fosse o que fosse, era muita indignação”, conta a líder comunitária. “Foram outras viaturas

da GCM que socorreram a menina. Eles fugiram e chamaram a PM [Polícia Militar] para tomar conta da situação”, relata.

A manifestação, contida pela PM na madrugada, voltou a explodir depois do enterro de Ana Cristina, na tarde do dia seguinte. A indignação era ainda maior porque nenhuma testemunha, nem mesmo a proprietária do carro roubado, viu o suspeito armado – o carro foi levado sem violência, enquanto a proprietária fechava a garagem, e a alegação dos policiais, de que responderam a tiros, carece de comprovação.

Outros episódios recentes, ocorridos em Heliópolis, contribuíram para “a explosão de indignação das pessoas”, como define Cleide. Há menos de dois meses, na primeira quinzena de julho, a garotinha Tainá, de 8 anos, foi atingida no peito quando subia a escada de sua casa, na rua da Alegria. O tiro, que passou a três centímetros do coração da menina, era destinado a dois garotos em uma moto e foi disparado por PMs das Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (Rocam) às 20 horas, quando a rua estava cheia de gente.

“Foi sorte naquele dia, porque a menina escapou e também porque tinha um pessoal nosso lá perto do bar que não deixou a coisa piorar: chamou a imprensa e impediu que os PMs fossem linchados, só rasgaram a farda de um. Antes disso, no fim de junho, a PM já tinha matado dois meninos na nossa quermesse, na estrada das Lágrimas. Os policiais disseram que os meninos jogaram garrafas neles e entra-

ram com tudo. Estava cheio de gente, foi porrada por todo lado e tiro nos rapazes, desarmados. O clima de insatisfação já era grande, por isso não conseguimos conter a explosão”, conta Cleide.

Contreras: o crime, fruto de “imperícia e excesso de conduta”, não foi intencional

ram com tudo. Estava cheio de gente, foi porrada por todo lado e tiro nos rapazes, desarmados. O clima de insatisfação já era grande, por isso não conseguimos conter a explosão”, conta Cleide.

No protesto do fim de agosto, três ônibus, duas vans e quatro carros foram incendiados. O tumulto foi contido pelo Batalhão de Choque às 21 horas de 1º de setembro e resultou em quatro pessoas feridas, entre elas um soldado da PM, que levou uma pedrada.

O delegado Gilmar Contreras, titular do 95º Distrito – Cohab Heliópolis cumpriu a promessa feita à comunidade de apurar a autoria do crime. Dez dias depois do homicídio, o exame de balística comprovou que o tiro partiu da arma do guarda Vicente Pereira Passos, indiciado por homicídio culposo, sem intenção de matar. “Houve imperícia e excesso de conduta, já que ele disparou quatro tiros. Mas foi um equívoco: ele pretendia acertar o ladrão e acertou uma pessoa inocente. Esse é um dilema que o policial sempre enfrenta. Ele não pode, simplesmente, deixar o bandido fugir, isso seria prevaricar. Por outro lado, atirar em uma rua escura, cheia de gente, é uma opção arriscada, não se pode colocar a defesa do patrimônio acima da proteção da vida. Mas, no momento da adrenalina, não é fácil decidir”, diz o delegado, que também não questiona a legalidade da operação, embora a GCM de São Caetano do Sul estivesse fora de sua área de atuação e não tenha entre suas atribuições a de perseguir suspeitos, como destaca o sociólogo Benedito Mariano, ►



Carla Bispo



Antonia: ela paga energia elétrica, como os moradores dos bairros vizinhos. Eles têm iluminação pública; ela, não

duas vezes ouvidor de polícia do Estado de São Paulo, ex-secretário de Segurança Urbana da capital e atual secretário de Segurança de São Bernardo do Campo. “Se o suspeito foge, a guarda municipal tem de acionar a PM, não pode perseguir, ainda mais fora do município”, explica.

Fatos e números apoiam a percepção de aumento de violência policial nas periferias, detectada pela presidente da Unas nas reuniões com os moradores de Heliópolis e compartilhada por líderes comunitários de outras comunidades. Em julho, quatro dias depois do caso Tainá, uma adolescente de 16 anos e uma criança de 8 meses que ela levava no colo foram baleadas durante uma perseguição da PM a três “suspeitos” em um carro em Paraisópolis, na zona sul da cidade. Nove dias depois, em 21 de julho, dois policiais civis à paisana atiraram contra um motoqueiro no Capão Redondo, também na zona sul, e mataram uma mulher que estava com o filho de 1 ano no colo – o bebê sobreviveu, mas ficou com um pino na perna. Dois dias depois, a PM matou “por engano” um mecânico de 45 anos, pai de dez filhos, na favela Chica Luiza, no Jaraguá, zona norte. Em agosto, um homem foi assassinado pela PM no Jardim Filhos da Terra, no Jaçanã, também na zona norte, provocando protestos dos moradores depois de ter sido tachado de traficante pelos policiais.

O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo também registrou o aumento de 25,7% de “pessoas mortas pela Polícia Militar em ações de serviço” entre o primeiro semestre de 2008 e o de 2009, com base nos números da Secretaria de Segurança Pública. Foram 259 pessoas mortas pela PM no primeiro semestre deste ano, contra 206 no mesmo intervalo do ano passado.

Houve aumento de 25% nas mortes de pessoas por PMs em serviço, diz a USP

“Ainda não sabemos exatamente o que está acontecendo, a explicação da Secretaria de Segurança é que houve aumento de operações policiais em função do crescimento dos índices de criminalidade, que vinham baixando desde 2000 e tiveram uma leve alta nos últimos meses”, diz a pesquisadora Cristina Neme, que considera preocupantes os números. “A experiência que temos é de que a conduta

dos policiais está sempre associada às orientações da autoridade política que comanda as forças de segurança. De alguma maneira, a mensagem que está chegando aos policiais difere do discurso democrático de respeito aos direitos humanos e da legalidade por parte do secretário de Segurança e do próprio comando da PM, e isso precisa ser monitorado pela sociedade e pelo governo”, alerta. ■

Ana, a vítima: morta com tiro no pescoço



Folhaimagem

O SONHO ACABOU?

Lula imaginou que o biodiesel de mamona tiraria da pobreza 1 milhão de pequenos agricultores. Até agora, seu plano é um fracasso: só os grandes produtores, que utilizam soja, ganharam

por Lia Imanishi

Ricardo Stuckert/PR



O PROGRAMA NACIONAL de Produção de Biodiesel parecia ser a salvação da lavoura para os pequenos agricultores das regiões mais carentes do Brasil. Subsidiou a construção de 65 usinas, com capacidade instalada para fabricar 3,7 bilhões de litros e produção efetiva de 1,2 bilhão de litros, colocando o País entre os maiores produtores do mundo. A Petrobras, única compradora no mercado interno, adquiriu, desde o início do programa, em 2004, 2,26 bilhões de litros nos leilões da Agência Nacional do Petróleo e de Biocombustíveis (ANP). Com isso, foi possível atender à demanda de biodiesel gerada pela lei criada em 2005, que obrigou as distribuidoras a adicionarem ao diesel do petróleo parcelas crescentes do produto: 2% em 2008, 4% a partir de julho passado e 5% até 2013.

O programa, entretanto, está longe de ser a “revolução no campo” propagada em seu lançamento, quando o governo federal anunciou que seria criado 1 milhão de empregos para os pequenos camponeses. Neste ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fala

na criação de míseros 82 mil empregos, pouco mais de 8% do estimado inicialmente. O que aconteceu nesse ínterim?

Em 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve na inauguração da usina da Brasil Ecodiesel, instalada em terreno doado pela Prefeitura de Floriano, no Semiárido do Piauí, com isenção de ICMS e IPTU por 15 anos. Lula empolgou-se com o assentamento

O governo anunciou 1 milhão de empregos. Mas só criou míseros 82 mil

de pequenos produtores rurais criado pela empresa em Canto do Buriti, a 260 quilômetros dali. Nos 18 mil hectares doados pelo governo estadual, os cam-

poneses plantariam mamona destinada à produção do biodiesel. “Se a gente não escolhesse a mamona, iria ver o biodiesel sendo produzido da soja”, disse Lula na ocasião. “Se fosse produzido da soja, iria beneficiar mais uma vez as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. E o Nordeste iria ficar abandonado.”

O biodiesel pode ser feito de muitas matérias-primas, desde esgoto até vários tipos de oleaginosas (como algodão, dendê, babaçu, girassol, colza, pinhão manso). Lula e seus assessores acreditavam, particularmente, nos benefícios da mamona. “No Semiárido, por exemplo, a renda anual líquida de uma família a partir do cultivo de cinco hectares de mamona e de uma produção média entre 700 e 1,2 mil quilos por hectare pode variar entre 2,5 mil reais e 3,5 mil reais. Além disso, a área pode ser consorciada com outras culturas, como o feijão e o milho”, diz a propaganda oficial.

Com essa produção, considerando-se o assentado do Programa Nacional de Reforma Agrária, que tem, em média, 25 hectares, se forem plantados 20 hectares com mamona, a renda será de entre 10

Dauster (à esq.), da Brasil Ecodiesel, com Lula, na entrega do selo à empresa: o fracasso se deu porque faltou apoio do governo



Ricardo Stuckert/FP



O biodiesel pode ser feito com diversas sementes, das quais o Brasil produz 18

mil reais e 14 mil reais líquidos por ano. Se o assentado tirar da mesma terra sua subsistência, o ganho com a mamona será um benefício financeiro. A ideia parecia boa.

O químico de petróleo Carlos Kalil se considera o principal culpado por estimular o sonho presidencial. Numa manhã quente de agosto, no Cenpes, o centro de pesquisa da Petrobras na Ilha do Fundão (Rio de Janeiro), ele conta que a ideia de fazer biodiesel de mamona surgiu em 2000.

A DESCOBERTA DE KALIL

Na técnica tradicional, o óleo vegetal ou sebo animal, produzido numa usina de esmagamento de grãos ou num frigorífico, é levado à usina de produção de biodiesel onde é misturado com etanol (álcool de cana-de-açúcar) ou metanol (álcool derivado do petróleo). A essa mistura é adicionado um catalisador, o qual provoca uma reação química que separa a glicerina do biodiesel. Kalil tentou um processo diferente: produzir partindo diretamente da semente. A experiência deu certo e ele patenteou o processo. Com uma tonelada de sementes de mamona, 80 quilos de etanol e o catalisador, ele diz obter 530 quilos de biodiesel, 50 quilos de glicerina bruta, 300 quilos de polpa (que serve para ração), 200 quilos de casca (que é fertilizante, a chamada torta de mamona) e mais 120 quilos de etanol.

Quando Lula foi eleito, Kalil empolgou-se. Ele procurou Graça Foster,

antiga colega do Cenpes e que hoje é diretora da área de Energias Renováveis da Petrobras. “Naquela época, ela era secretária da Dilma Rousseff no Ministério das Minas e Energia [MME].” Graça marcou um encontro de Kalil com a ministra e esta o encaminhou a Lula. Durante apresentação no Palácio do Planalto, Kalil mostrou um kit com ampolas de biodiesel produzido a partir de diferentes oleaginosas e convenceu o presidente. “Ficou muito claro para ele as vantagens do biodiesel de mamona. A mamona tem 53% de óleo, enquanto a soja, por exemplo, só tem 18%. Além disso, tem um potencial muito grande

O efeito para os agricultores familiares do Norte e Nordeste foi pequeno

para a redenção do Nordeste, para a agricultura familiar. Eu tinha todos os elementos para vender a ideia para um político como o Lula.”

A partir daí, a Presidência da República criou um grupo de trabalho interministerial que elaborou o programa nacional de biodiesel. Para estimular a inclusão social, o governo inventou um

Selo Combustível Social, que é dado ao produtor que, tendo usina no Nordeste ou no Semiárido, compra 50% da matéria-prima de agricultores familiares. No caso das usinas localizadas no Norte ou no Centro-Oeste, a cota é de 10%. E no Sul e no Sudeste, de 30%. O produtor tem de fazer um contrato com prazo, valor de compra e critérios de reajuste do preço. Tem ainda de obter o aval de uma entidade que represente os agricultores e garantir assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares, com a ajuda do MDA. Com isso, tem direito a redução na alíquota máxima de tributos incidente sobre a receita bruta auferida por si, como PIS/PASEP e Cofins.

Kalil não foi o brasileiro pioneiro nessa área. Antes dele veio Expedito Parente, da Universidade Federal do Ceará. Em 1970, ele usou óleo de babaçu, desenvolveu o bioquerosene para aviação e registrou a primeira patente do gênero no mundo. Naquela época, o País vivia uma crise do petróleo, e, em 1974, desenvolveu o Pró-Álcool. O bioquerosene e o biodiesel, entretanto, não originaram programas como o do etanol de cana.

O uso de sementes de plantas de clima temperado teve início na Europa, onde o trabalho de Parente tornou-se conhecido. Por volta de 1990, a Áustria começou a desenvolver o biodiesel em escala semi-industrial, a partir de sementes de girassol e colza, entre outras. Hoje, a maior fabricante de biodiesel do mundo é a Alemanha, que produz praticamente todo o seu biodiesel a partir da colza. Kalil diz que, diferentemente dos países europeus, que dependem de apenas uma ou duas oleaginosas para produzir biodiesel, no País o produto pode ser originado de pelo menos 18 espécies diferentes.

Um dos erros de percurso do programa de Lula, segundo Kalil, é a quase exclusiva utilização da soja como matéria-prima: mais de 81% do biodiesel produzido por aqui é feito de óleo de soja. Os produtores são gigantes, como ADM (Archer Daniel Midland) do Brasil, Granol, Caramuru, Biocapital, BSBio, Bracol Holding e Oleoplan. Essas empresas produzem em estados onde já existe tecnologia agrícola instalada – Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e São Paulo. O restante do biodiesel – mais de 14% – é feito por grandes frigoríficos, com gordura animal. As outras ►

oleaginosas, produzidas pela agricultura familiar, como a mamona, colaboram com menos de 2%.

Por isso, o programa do governo federal teve pouco ou nenhum efeito para os agricultores familiares dos estados do Norte e do Nordeste, que eram seu foco inicial – afinal, essas regiões não são grandes produtoras de soja. Nesses estados, as usinas arremataram poucos contratos no leilão da ANP realizado em agosto – os volumes foram inferiores a 30 mil m³ por estado. A unidade da Brasil Ecodiesel de Florianópolis, no Piauí, por exemplo, vendeu só 100 m³. Como a produtividade da mamona produzida no assentamento de Canto do Buriti ficou muito aquém da necessária, desde o início da operação a usina funciona praticamente somente com óleo de soja, comprado de grandes produtores rurais do Centro-Oeste.

Jório Dauster, presidente do Conselho de Administração da empresa, culpa o governo: “Os agricultores da região têm pouco conhecimento do cultivo [da mamona, planta nativa da região], não têm acesso a conta-corrente e crédito. Criamos cooperativas, mas isso tem um custo alto para uma empresa. Ficou claro que precisávamos de apoio do governo, o que infelizmente não ocorreu”.

SEM RECEITA

No fim de agosto, duas usinas da em-

Campos, do MDA: atrair os grandes

ABF



Mafra, do sindicato de Rondonópolis: “Ficamos sabendo que ADM compra soja no Rio Grande do Sul”

presa – a de Florianópolis e a de Crateús, no Ceará – estavam paradas. As outras unidades da Brasil Ecodiesel, em Itaquara (BA), Iraqui (MA) e Rosário do Sul (RS), também haviam reduzido suas atividades. No balanço financeiro de 2008, a empresa declarou deduções de impostos de 77 milhões de reais. Mas a utilização de óleo de soja não permitiu que ela utilizasse todo o potencial de benefícios da isenção tributária referentes ao volume de matéria-prima adquirida da agricultura familiar.

No ano passado, a Brasil Ecodiesel ficou praticamente sem direito de gerar receita no mercado interno devido a problemas de fornecimento do biodiesel. Desde a oferta pública inicial de ações da companhia na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), em novembro de 2006, até outubro de 2008, esses papéis tiveram baixa de 85,8% – no mesmo período, o Ibovespa (Índice Bovespa) acumulou alta de 19,3%. Em agosto de 2008, a empresa renegociou débitos no valor de 205,8 milhões. Para contornar problemas financeiros, no fim de março deste ano, informou o afastamento dos antigos controladores e a conversão de créditos dos bancos Bradesco, Fibra, BMG e Daycoval, que passaram a deter o controle da empresa.

Em 2005, Arnaldo de Campos, jovem economista paranaense, responsável pelo programa de biodiesel no MDA, resumiu

para *Retrato do Brasil* a política oficial no caso do biodiesel: o governo tentou, “desde o início”, evitar o “conto da miniusina” e “procurou atrair os grandes produtores para que eles se associassem aos pequenos”. Evitando o “conto da miniusina”, entretanto, o que o MDA está conseguindo é produzir biodiesel de soja, comprada de grandes produtores rurais. Um exemplo flagrante é o caso ocorrido no município de Rondonópolis.

TERRA DE MAGGI

Trata-se da terceira maior cidade de Mato Grosso. Ali fica a sede da ADM do Brasil, a empresa que mais vendeu biodiesel para a Petrobras no leilão da ANP realizado em agosto. A multinacional, de origem americana, arrematou contratos de entrega de biodiesel num volume total de 49,1 mil m³. Lá fica o lar do governador Blairo Maggi, o segundo maior produtor individual de soja do mundo, com 300 mil hectares plantados no estado. O primeiro é seu primo, Iraí Maggi.

A ADM tem como fornecedores grandes produtores de soja do estado. A empresa também vende óleo de soja para várias usinas de biodiesel espalhadas pelo País. Ela iniciou suas operações por aqui em 1997. Além da soja e do óleo de soja, vende no Brasil milho, sorgo, fertilizantes, biocombustíveis e produtos químicos. Tem mais de 2 mil funcionários em território nacional. ▶

O óleo de soja da ADM é produzido no entorno da usina de esmagamento de soja, colada à sua usina de biodiesel, o que maximiza as sinergias entre as capacidades de produção, transporte e processamento da soja. Para ter direito ao Selo Combustível Social e à isenção de impostos, a ADM, estando no Centro-Oeste, teria de comprar de agricultores familiares pelo menos 10% de sua matéria-prima para fazer biodiesel.

A empresa preferiu não responder a questões apresentadas por RB a esse respeito. Quem fala sobre o assunto é o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis. No início de setembro, na sede da entidade, uma casinha simples localizada na avenida Tiradentes, no centro da cidade, Moacir de Paula Mafra conta que, dois anos antes de iniciar a construção da usina de biodiesel, representantes da ADM estiveram ali para anunciar que comprariam matéria-prima de agricultores familiares. Depois, sumiram. Ele diz que em meados deste ano encaminhou solicitação à Secre-

Em Rondonópolis, diz o sindicalista, a maior parte dos assentamentos está às traças

taria Municipal de Agricultura para que a ADM e outras empresas que estivessem interessadas em produzir biodiesel fossem convocadas para uma reunião visando criar uma parceria com agricultores familiares. O órgão municipal empenhou-se na tarefa e conseguiu levar ao sindicato dois representantes da empresa que se comprometera a fazer a parceria.

“Para obterem o selo, eles precisariam ter uma declaração do sindicato dizendo que a empresa comprou 10% da soja dos agricultores familiares da região”, diz Mafra. “Até agora, no entanto, a ADM não solicitou nenhuma declaração. Ficamos sabendo que ela sempre comprou soja de agricultores familiares do Rio Grande do Sul. E neste ano parece que começaram a comprar soja de agricultores familiares aqui do norte do estado.”

Mafra conta que o acordo com a ADM, se afinal funcionar, vai se dar com os assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que tem lotes no cerrado. Isso porque 90% dos assentados em Rondonópolis arrendam a terra para os fazendeiros vizinhos, por 4 mil reais ao ano. “Fizemos a conta: se eles produzissem soja por conta própria e vendessem para a ADM, tirariam 18 mil reais por ano”, diz Mafra.

“Entre os anos 1970 e 1990, Rondonópolis foi a rainha do algodão”, relata o dirigente sindical. “Naquela época, o algodão era produzido em pequenas propriedades e havia assistência técnica. A partir dos anos 1990, isso acabou e a maior parte dos assentamentos foi deixada às traças. Os assentados vivem praticamente vegetando.” Há 14 assentamentos do Incra no município, com 657 famílias. Mafra diz que a maior parte localiza-se em terrenos acidentados. “É terra muito caída. A soja dá em terra de chapadão, no cerrado”. Nessas áreas, geralmente planas, é possível empregar máquinas e aumentar a produtividade.

Rondonópolis tem cerca de 80 mil habitantes. Somando assentados, comunidades rurais tradicionais e proprietários de lotes do antigo Banco da Terra, o município tem hoje cerca de 3,5 mil famílias de agricultores familiares. “Antigamente tinha mais agricultores familiares, mas a maior parte dos pequenos vendeu seus

sítios para os fazendeiros e veio morar na cidade.”

Para saber se a ADM beneficia Rondonópolis, RB vai à sede da Secretaria Municipal de Agricultura. O lugar, de uns 150 metros quadrados, é bastante modesto. É fim de tarde, o expediente acabou, e o secretário Valdir Correia chega de uma reunião com o prefeito José Carlos do Pátio. Correia conta que, antes de ser prefeito, Pátio dedicou-se a defender a agricultura familiar em seus três mandatos como vereador e mais três como deputado estadual. E que ele, Correia, que assumiu o cargo neste ano, militou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de 1986 a 2000. “O município ficou durante os últimos dez anos voltado para o agronegócio”, explica Correia. “Quando cheguei aqui, só havia dois técnicos agrícolas e duas salas: a do secretário e a recepção. Hoje, temos quatro salas para doze técnicos. Queremos chegar ao final do ano com 22 – entre agrônomos, zootecnistas e técnicos agrícolas.”

OPORTUNISMO

O secretário diz que os proprietários rurais do município têm, em média, 700 hectares, embora muitos possuam muito mais do que isso. “O agronegócio acabou engolindo aqueles que têm menos de 5 mil hectares.” O que Rondonópolis ganhou sediando a ADM? “A ADM tem a soja dos grandes fornecedores. Para eles, é bom. Mas a ADM não está aqui para ▶

Correia: “O município ficou durante os últimos dez anos voltado para o agronegócio”



La Inanishi





**Pré-sal.
Futuro que vem
do fundo do mar.**

A Petrobras desenvolveu tecnologia para chegar aonde nenhuma outra empresa chegou: 6 mil metros de profundidade, na camada do pré-sal.

Lá, a Petrobras descobriu uma quantidade gigantesca de petróleo.

Em alguns anos, a produção no Brasil vai dobrar.

É um novo país que vai nascer do fundo do mar.

Com mais riquezas, mais desenvolvimento, mais indústrias, mais empregos, mais capacitação profissional e um futuro melhor.

**E é nesse Brasil
que você vai viver.**

BR PETROBRAS

O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de Minas e Energia



www.petrobras.com.br/presal

fazer bem a alguém, é para ganhar dinheiro mesmo. Até agora, não teve iniciativa nenhuma de comprar da agricultura familiar”, diz. “Nós poderíamos estar bem mais avançados nessa questão do biodiesel, mas muitas empresas oportunistas pegaram a assinatura dos pequenos, para angariar recursos do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], e depois sumiram.”

Levantamento concluído no fim de 2006 por pesquisadores que visitaram grande parte das usinas de biodiesel então em funcionamento e apresentado em livro por Célio Berman, professor do Instituto de Engenharia Elétrica da Universidade de São Paulo (IEE-USP), conclui que “não há nenhuma perspectiva, dentro do atual modelo, de que os trabalhadores se articulem de modo a se apropriarem do processo produtivo envolvido”. A pesquisa indica ainda que “a inclusão da agricultura familiar no programa oficial foi idealizada de modo a favorecer os grandes produtores de biodiesel”, o que “permite ao grande produtor operar com uma margem expandida de lucratividade”. Os pesquisadores da USP citam entrevista de Arnaldo de Campos dizendo exatamente isso. “Uma empresa não vai buscar a agricultura familiar por consciência social, por isso a gente fez um benefício bem gordo. Ele pode dobrar a margem líquida trabalhando com a agricultura familiar.”

A fiscalização do uso dos percentuais de matéria-prima proveniente da agricultura familiar estabelecidos pelo MDA é colocada em dúvida. “Pelo volume de biodiesel vendido pelo número de pequenos agricultores no programa, fica difícil acreditar no selo”, diz Braz Albertini, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo. Em março deste ano, questionado pelo diário *O Globo*, o diretor de Combustíveis Renováveis do MME, Ricardo Dornelles, reconheceu que “o programa não está perfeito” e disse que “os rumos estão sendo corrigidos”.

O argumento de que a baixa produtividade da agricultura familiar é um grande obstáculo para o programa não convence Kalil. Segundo ele, a questão principal nesse ponto é a falta de assistência técnica por parte do MDA, das empresas e dos órgãos locais. “A produção de mamona, com tecnologia, atinge mais ou menos a mesma produtividade que a soja nas regiões adequadas para a soja”, diz. “Na Embrapa do Rio Grande do Sul, quase na fronteira com o Uruguai, a mamona típica para clima temperado chega a produzir



Kalil: ele falou com Graça, que falou com Dilma, que o levou a Lula, que comprou a ideia

quatro toneladas por hectare. Isso é 13 vezes mais do que os agricultores que trabalham para a Brasil Ecodiesel em Canto do Buriti obtiveram. Você pode não chegar a quatro toneladas, mas duas toneladas por hectare você conseguiria e tornaria rentável o projeto da Brasil Ecodiesel.” “O problema é a falta de tecnologia”, conclui.

Segundo Kalil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) faz um “esforço descomunal” para levar tecnologia aos agricultores familiares. Mas seu papel é pesquisar, e não fazer extensão rural. “As empresas públicas de assistência técnica e extensão rural estaduais e federal é que deveriam fazer esse papel.”

Kalil também não acredita que a escala de produção das usinas necessite

Já existe tecnologia para elevar a produtividade da mamona, diz Kalil

ser grande. “O importante é que a usina funcione com a matéria-prima do entorno, que o transporte para o mercado consumidor seja barato, que o agricultor aproveite os resíduos da produção para fazer adubação orgânica e agricultura sem agrotóxicos. Os governos federal e estaduais poderiam implementar as usinas em áreas agrícolas, em assentamentos ou mesmo em cooperativas agrí-

colas.” Ele diz que “é impossível plantar um grão só para produzir biodiesel”. “É muito caro, mesmo com o preço do petróleo hoje a 70 dólares o barril. O grão tem de se transformar em biodiesel, ração, fertilizante. O agricultor hoje joga a casca da oleaginosa fora, sendo que ela é riquíssima em fósforo e potássio.”

Kalil reconhece que a soja é atualmente a única oleaginosa com escala para produção industrial. Mas isso pode mudar. “As outras oleaginosas nunca terão escala se os empresários não se meterem a fazer. Veja o exemplo do álcool. Antes, a gente só produzia álcool para a indústria farmacêutica. Hoje, produzimos álcool mais barato do que a gasolina. Mais da metade do combustível dos carros flex é álcool. A produção do álcool não tem a mesma lógica? Agricultura, transformação e distribuição? O biodiesel não é nada diferente disso.”

Para Kalil, o programa do governo deve ser reformulado – “por quem entende” – “com uma visão muito mais sistêmica”. Ele cita o exemplo da Alemanha, onde o biocombustível é usado também em carros de passeio, e não somente em transporte de carga, como aqui. “A cadeia produtiva lá é totalmente fechada. O agricultor planta no período certo e fornece o grão para um moinho, que produz o óleo. O óleo é conduzido por tubulação para a usina de biodiesel. De lá, sai para o posto de abastecimento de combustível. A torta [feita da casca da oleaginosa, que é fertilizante] retorna ao agricultor e a glicerina vai para a bioquímica. Todos sabem para onde cada coisa vai, não sobra nada, tudo funciona, é altamente programado. Aqui, falta planejamento.”

ELEIÇÃO DEBAIXO DE BALA

Trezentos mil soldados e policiais não impediram os talibãs de assustar eleitores, causar o caos e impor derrotas às forças de ocupação ocidentais

por Yuri Martins Fontes



Getty Images

COMO ERA DE se esperar, numa nação invadida e arrasada pela guerra, como o Afeganistão, não se poderia levar a cabo um processo eleitoral minimamente democrático. Mais de 300 mil soldados e policiais, sendo 100 mil estrangeiros, foram destacados para garantir a “democracia”. Mesmo assim não foi possível esconder a força crescente da insurgência talibã. Na maioria das províncias, multiplicaram-se os ataques armados a lugares estratégicos e, segundo a comissão eleitoral, houve 56 mortes e 135 incidentes. Alguns colégios eleitorais foram atingidos por mísseis e, na véspera, o próprio palácio presidencial foi bombardeado.

Mais de duas semanas após o pleito – realizada em 20 de agosto – e contados três quartos dos votos, o atual presidente Hamid Karzai aproximava-se dos 49% dos votos, e seu opositor, o antigo ministro das Relações Exteriores Abdullah Abdullah, preferido dos EUA e seus aliados militares europeus, mantinha-se na faixa dos 30%. Muitos analistas, com isso, prenunciavam a vitória de Karzai no primeiro turno.

O número de votantes foi pequeno, provavelmente devido às ameaças da insurgência talibã. A comissão eleitoral estimou a presença às urnas em 45%, o que configura um retrocesso em relação a

2004, quando a participação foi de 70%. Mas pode ser ainda pior: há observadores estimando a participação em um terço dos cidadãos cadastrados – apenas 5,5 milhões, dentre os 30 milhões de afegãos, ou 17 milhões de eleitores. A presença às urnas teria sido maior no sul do país, onde os talibãs têm mais força.

Também há muita denúncia de fraudes, que teriam sido generalizadas, de um lado e de outro: registraram-se 2,5 mil denúncias, 650 delas tidas como significativas pela comissão eleitoral. Um representante da comissão anunciou que já estariam anulados votos de vários postos de votação. Haveria prova de fraude em 447 dos 28 mil postos. Segundo a Fundação Afegã para Eleições Livres e Justas, principal organização independente de observação, as fraudes foram múltiplas: eleitores munidos de várias cédulas de votação ou votando em nome de suas mulheres; voto de menores de idade; urnas violadas. Em certos locais, diz a fundação, “homens armados ameaçaram membros da comissão eleitoral e dominaram a votação”.

Isso não impediu que o processo eleitoral tenha sido saudado pelas potências ocidentais como um “sucesso”. Apesar dos 100 mil homens dos EUA no país, o último relatório do comandante supremo das forças estadunidenses, ge-

neral Stanley McChrystall, indicou que o reforço militar terá de ser maior do que os 20 mil homens já enviados este ano. Depois da ofensiva de McChrystall na província de Helmand, no início de julho, o general abandonou a retórica triunfalista. Reconheceu que a ação “não atingiu os objetivos”, que eram criar condições de segurança para as eleições. “A guerra deverá ser de longa duração”, disse.

Sondagens recentes testemunham que é crescente a impopularidade da guerra não apenas nos EUA, mas também na Inglaterra, seu principal vassalo. Para um ex-oficial da CIA interrogado pela questão afegã, “Barack Obama herdou um desastre”. Nas vésperas da eleição, a revista britânica *The Economist* deu a manchete: “Afeganistão: a crescente ameaça do fracasso”. Nesse contexto, o chefe do Estado-Maior estadunidense, almirante Mike Mullen, disse acreditar que, se em pouco mais de um ano não houver resultados contundentes, Obama deverá enfrentar forte pressão no Congresso para a retirada dos EUA do Afeganistão. Em agosto passado, o diário *The New York Times* e o site *CBS News* publicaram pesquisa de opinião que mostra que o apoio popular à guerra caiu abaixo dos 50%. Já a pesquisa ABC/Washington Post afirma que 51% dos cidadãos dos EUA acham que “não vale a pena guerrear ▶



no Afeganistão”. Só 32% apoiam a situação atual – o restante deseja a diminuição, paulatina de contingentes.

Em paralelo, a popularidade de Obama também diminuiu drasticamente, tendo caído de 76% para 50% em sete meses. Esses números possivelmente refletem diversos fatores, como o fato de o desemprego ter dobrado nos últimos 12 meses por causa da recessão. Também há muita insatisfação devido à demora em definir a reforma do sistema de saúde estadunidense, que está falido. Mas a estratégia de acirramento bélico no Afeganistão, como indicam as outras pesquisas, pode estar ajudando a aumentar a impopularidade do presidente.

A eleição afegã foi realizada em meio a um contexto político de ingovernabilidade em vista do avanço das forças talibãs. A presença do Estado parece estar se tornando cada vez menos efetiva nas regiões com maioria étnica pachtun, no leste e no sul do país. O governo funciona apenas nas maiores cidades dessas regiões, mas mesmo na capital, Cabul, há periferias fortemente conturbadas – como nos distritos de Tcharasyab e Masawi, a menos de 20 km do centro. Os talibãs já teriam se infiltrado aí. No resto do país, o governo é frágil e as forças invasoras – que lutam para impor o controle militar – estão perdendo espaço.

À violência dos ataques insurgentes soma-se a violência crescente do banditismo. Acredita-se que haja uma “profissionalização” dos talibãs nutrida pelo comércio de ópio. Que por isso estaria crescendo: os estoques da droga, segundo o diretor da comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) contra as drogas e o crime, Antônio Costa, caracterizariam uma “bomba-relógio”. Acredita-se que o

O prestígio de Obama caiu. E o acirramento do conflito afegão pesou nessa baixa

capital estrangeiro enviado ao Afeganistão para a realização de grandes projetos esteja sendo desviado pelos insurgentes.

Até há pouco tempo, o governo dos EUA afirmava que o financiamento dos talibãs era fruto basicamente do tráfico de ópio. Relatórios falavam de uma receita entre 100 milhões e 300 milhões de dólares. Mas essa interpretação mudou há pouco mais de um mês.

“Antes se acreditava que o dinheiro era proveniente do ópio, mas isso não é verdade”, disse o enviado especial de Obama ao Afeganistão e ao Paquistão, Richard Holbrooke, numa conferência de imprensa em Islamabad.

Holbrooke disse também que iria trazer à sua equipe um membro do Departamento do Tesouro dos EUA para investigar mais profundamente a questão do financiamento da insurgência. Agora o governo dos EUA estima que a verba do ópio componha menos da metade dos recursos totais dos talibãs. Ao mesmo tempo, levanta a hipótese de que a insurgência tem “outras fontes de financiamento estrangeiras, do Oriente Médio”. Analistas veem aí uma alusão ao Irã.

Ao mesmo tempo, surgiram análises de que boa parcela da verba dos talibãs vem do dinheiro emprestado pelos EUA em nome da reconstrução do país. Holbrooke não fez referência a essa possibilidade. Sabe-se que parte do dinheiro dos insurgentes vem do “imposto de guerra” cobrado de comerciantes locais das diversas regiões. Contudo, o grosso da verba resulta de “negociações de alto nível entre os talibãs e as principais construtoras do país”, afirma Jean MacKenzie, correspondente do Global Post no Afeganistão. Segundo ele, “o gerente de uma empresa afegã com lucrativos con-



tratos de construção com o governo dos EUA repassa para os talibãs no mínimo 20% das suas estimativas de custos”. Se o pagamento não é efetuado, o projeto não anda. A reportagem do *Global Post* cita o caso de um empreiteiro do sul do país que afirmou ter pagado 30% a mais para um fornecedor de tubos, para que os talibãs permitissem o transporte. O próprio empreiteiro estrangeiro encarregado do mesmo projeto declarou ao *Post*: “Sabemos que nossa gente [os estadunidenses] faz pagamentos aos talibãs”.

Na província de Farah, funcionários locais relataram que os rebeldes confiscam 40% da verba do Programa de Solidariedade Nacional, um projeto de reconstrução comunitária. Diante da notícia, um jovem morador de Cabul entrevistado declarou: “É dinheiro estrangeiro, não é roubado do povo, mas tirado do inimigo”.

Gilles Dorronsoro, da Universidade de Paris-I, pesquisador do problema afegão, afirma que, “diante de uma guerrilha por muito tempo subestimada pelos estrategistas ocidentais, a reação dos EUA se mostrou hesitante, e hoje é visível seu fracasso em grande parte do Afeganistão”. De acordo com o professor, “ao menos em uma dezena das 34 províncias do país, a presença dos talibãs obstruiu o processo eleitoral”. Para ele, o pleito acirrou as divisões e o ódio étnico e social. “Os pachtuns

não se sentem representados por Karzai”, apesar de ele ser pachtun.

A razão são os espaços políticos abertos pelo presidente aos tadjiques e aos hazaras, em detrimento do pachtuns. “A base de Karzai é produto do clientelismo desenfreado, que o uniu a antigos comandantes inimigos – alguns deles culpados por crimes de guerra –, assim como a latifundiários e grupos minoritários por meio de favoreci-

A subestimação da guerrilha e a hesitante reação dos EUA levaram a um fracasso

mentos econômicos.” Significa dificuldade para as forças de ocupação, avalia Dorronsoro. “A vitória eleitoral de Karzai será má notícia para a coalizão, pois limitaria as possibilidades de reconstrução de um Estado afegão, condição necessária para uma pretendida afeganização da guerra.” Essa expressão é um neologismo que vem sendo usado, sem sucesso, desde a invasão imperial britânica, no fim do século XIX,

passando pela ocupação revolucionária soviética em 1979 (a partir da qual os EUA patrocinariam a guerra santa afegã que daria origem a Osama bin Laden).

Embora nas últimas eleições Karzai tenha sido o escolhido pelos países ocidentais, hoje ele é uma pedra no sapato das forças invasoras. A invasão fugiu ao seu controle. Essa reviravolta atingiu o ápice e se transformou em crise no ano passado, quando altos funcionários da administração Bush acusaram o irmão do presidente – Ahmed Wali Karzai – de envolvimento no tráfico de heroína. A declaração foi dada ao *The New York Times* e levou Karzai a defender o irmão. Ahmed Karzai segue sendo chefe do Conselho Provincial de Candahar, a segunda cidade do país.

Agora, diante do prenúncio da vitória de Karzai – acompanhada da série de fracassos bélicos das últimas ofensivas da coalizão militar estrangeira –, aparece uma nova proposta “democrática” por parte dos EUA: a de indicar o primeiro-ministro do novo governo afegão. Parece mera tentativa de diminuir o poder presidencial. Segundo alguns correspondentes ocidentais no Afeganistão, os EUA conseguiram fazer que os afegãos estejam hoje mais unidos ao menos em um aspecto: a maioria deles, não importa a que etnias pertençam, declara ter ódio dos militares estrangeiros invasores. ■

A REVOLUÇÃO ÀS

80

Os comunistas chineses, que iniciaram a marcha para o poder em 1929, enfrentam seu maior desafio: a República Popular que fundaram há 60 anos é parte importante do mercado global, em crise profunda

NOSSA HISTÓRIA parte do delta do rio Pérola, onde começou a nova industrialização da China e onde a crise atual parece ter se despejado de forma violenta. O Pérola, depois do Yangtzé, é o mais volumoso rio do país. Corre por uma região tropical de colinas e vales estreitos no sudeste da China. A partir da cidade de Guangzhou, antiga Cantão, forma um delta, um estuário que se alarga e desemboca no mar entre Hong Kong, ao norte, e Macau, ao sul. Há séculos, a região é conhecida por dar duas colheitas de arroz por ano. Desde o início dos anos 1980, no entanto, passou a ser mais conhecida como a de maior crescimento econômico, do país que mais cresce no mundo – 16% ao ano, contra 10% da média de crescimento da China. A província de Guangdong, onde fica o delta, tem atualmente cerca de 80 milhões de residentes fixos e mais de 30 milhões de migrantes, atraídos pelo desenvolvimento recente. Seu PIB, em dólares, é de mais de meio trilhão, equivalente ao da economia da Suécia.

O delta do Pérola foi escolhido a dedo para ser uma área especial de crescimento. Fica próximo de Hong Kong, que na época estava sob soberania britânica, onde viviam chineses ricos, cerca de 6,5 milhões de pessoas com renda per capita de 27,5 mil dólares, empregados em ativi-

dades comerciais, financeiras e logísticas. Foram criadas zonas especiais de desenvolvimento para atraí-los – com impostos e arrendamentos de terra mais baixos, esquemas para garantir o acesso da mão de obra, facilidades para exportação. E eles começaram a estabelecer negócios em Guangdong “quase tão depressa quanto mudaram de Xangai para Hong Kong”, em função da Revolução Socialista de 30 anos antes, diz Giovanni Arrighi, em *Adam Smith em Pequim* (Boitempo Editorial, 2008), que analisa a espetacular ascensão econômica da China.

DECOLAGEM

Em 1988 o governo chinês estendeu aos investidores de Taiwan, a província rebelde que até hoje recusa submeter-se a Pequim, os mesmos privilégios para instalação de empresas antes só concedidos aos de Hong Kong (a antiga possessão britânica e Macau, colônia portuguesa, integraram-se à China em 1997 e 1999, respectivamente). Depois vieram os investimentos japoneses. Mais tarde, os americanos e os europeus. E não só para Guangdong, mas também para uma meia dúzia de outras províncias costeiras localizadas mais ao norte, até o mar Amarelo, perto da península Coreana, passando por Xangai e Pequim.

E a China decolou. O delta do Pérola inundou o mundo, por exemplo, com tecidos, sapatos, brinquedos. Daí saiu a maioria das Barbies, Mickeys e Tartarugas Ninjas consumidas pelas crianças do mercado global. No conjunto, a China, que em 1980 exportava tanto quanto o Brasil, perto de 20 bilhões de dólares anuais, em 2005 superou as exportações japonesas. Em 2008, bateu as vendas externas dos EUA. E este ano, a julgar pelo resultado do primeiro trimestre, tornar-se-á o principal exportador mundial, superando a Alemanha, o maior exportador no ano passado, com 1,5 trilhão de dólares. E, não menos espetacularmente, em meados deste ano, o investimento em capital fixo – no qual são computadas as novas máquinas, equipamentos, construções – atingiu na China a marca de 2 trilhões de dólares, igualando o dos EUA, a principal economia mundial.

Esse cenário de progresso irrefreável parece, no entanto, ter sofrido um duro golpe: a grave crise do mercado internacional, disparada pela recessão da economia americana no início de 2008 e agravada dramaticamente com a quase ruptura do sistema financeiro internacional há um ano. As reformas chinesas tiveram como um de seus pilares a integração do país ao mercado global. A abertura para o ▶

Pequim, 1º de outubro de 1949: Mao anuncia a fundação da República Popular da China, 20 anos após o início da Revolução Socialista



exterior, embora deva ser vista de forma diferente das seguidas por muitos países emergentes, entre os quais o Brasil, como se verá adiante, teve papel importante na dinamização do processo chinês. As províncias costeiras, como Guangdong, concentram mais de 90% das exportações da China e seu produto interno depende em mais de 40% dos mercados de fora. Em especial, a economia americana foi a grande compradora da China, que teve com os EUA um superávit comercial cada vez maior, a ponto de alcançar cerca de 200 bilhões de dólares no ano passado.

Os americanos, como disse a revista britânica *The Economist* recentemente, compravam “casas cada vez maiores e as enchem de tudo quanto é tipo de coisa”, desde fornos micro-ondas para omelete a lentes de contato em formas de animais. A crise das bolsas e do mercado imobiliário, a destruição de 12 trilhões de dólares de

públicas – na área industrial, cerca de 350 mil, somando as federais, as de propriedade das províncias, de cidades e vilas. Desde a abertura inicial, de 1980, essas empresas tiveram um papel importante nas negociações com o capital estrangeiro. No delta do Pérola, por exemplo, 1,8 mil estatais do continente foram para Hong Kong e, dos 80 mil empreendimentos vindos da ilha para o continente, em muitos foi imposta uma associação com as estatais.

Das reformas promovidas por Deng Xiaoping no período de 1978 a 1983, que desmantelaram a organização do país herdada do tempo de Mao Zedong e baseada em comunas rurais, a principal, segundo Arrighi, foi a que estabeleceu o arrendamento das terras para as famílias camponesas, retirou dos coletivos a responsabilidade das decisões e o controle dos excedentes agrícolas, estimulou a produção industrial nas aldeias e o comércio

a mera compra de empresas locais, mas também obrigava a fazer compras no país. Um exemplo: a partir do final de 1999, o governo permitiu o arrendamento de imóveis urbanos por moradores, para complementar o sistema de aluguéis de casas de propriedade pública. E estabeleceram-se, no setor de móveis e equipamentos para o lar, grandes varejistas internacionais do setor, como a americana Home Depot, a B&Q, do grupo britânico Kingfisher, a sueca IKEA e a alemã Obi. Mas, como disse a *The Economist*, em fins de 2003, o chefe de operações da B&Q na China, seu grupo tinha 600 fornecedores para suas 350 lojas na Grã-Bretanha e estava com 1,8 mil fornecedores para apenas 15 lojas na China. A B&Q chinesa tornou-se lucrativa depois, mas, no início deste ano, reduziu suas 63 lojas para 41 e previa elevado prejuízo.

INVESTIMENTO PÚBLICO

Outros aspectos essenciais para a compreensão do modelo chinês são a rapidez e o tamanho do investimento público em infraestrutura. Guangzhou, capital provincial, aprovou a construção de um metrô subterrâneo em 1989. Hoje, o metrô tem 116 km, com 66 estações. Para comparação, o metrô paulistano, o maior do Brasil, cuja construção começou no início dos anos 1970, hoje tem 65 quilômetros. Em março, como parte do pacote de acelerar obras de infraestrutura para enfrentar a crise, o primeiro-ministro, Wen Jiabao, anunciou que a ponte de 29 quilômetros, para unir Hong Kong a Macao e Zhuhai – o dobro da extensão da Rio-Niterói – cruzando a boca do Pérola, no valor final de 10,6 bilhões de dólares, seria iniciada ainda este ano.

A China tem como expandir ainda mais o gasto estatal. Seu déficit público foi de menos de 2% no ano passado – muito baixo para os padrões dos países capitalistas ricos – e a dívida é pequena, de 20% do PIB, contra mais de 50% dos EUA e dos países da zona do euro e quase 200% do Japão. A situação das estatais é muito melhor do que antes: segundo *The Economist*, elas teriam tido, em equivalência ao PIB, prejuízo de 1% em 1997 e lucro de 4% em 2007.

É bem provável que a China consiga manter um ritmo elevado de crescimento econômico, a despeito da crise. Em novembro do ano passado, o governo anunciou um pacote de estímulo equivalente a 586 bilhões de dólares, 14% do PIB chinês,



Com a crise, centenas de pequenas empresas do delta do Pérola fecharam

riqueza financeira dos consumidores americanos fez que eles parassem de cometer tais extravagâncias.

O delta do Pérola foi o primeiro lugar a sentir a mudança, já no final de 2008. Centenas de empresas pequenas da região, que é a principal base de produção de bens intensivos em mão de obra nas exportações chinesas, fecharam, em consequência da crise no mercado americano. Cenas de policiais com escudos e cassetetes vigiando fábricas paradas cercadas por trabalhadores descontentes substituíram o ambiente de prosperidade vigente por décadas.

Para entender a China, diz Arrighi na obra citada, é preciso, primeiro, olhar para dentro do país, para sua história. E deixar de lado o mito de que ela adotou as ideias liberais de reforma econômica. Arrighi tem razão. Os capitais de fora não vieram, como foi o caso do Brasil, para promover a privatização. Em 1978 a China praticamente só tinha empresas

entre elas. Em 1984, com a orientação para criar Empresas de Aldeias e Municípios (EAM), deu-se mais dinamismo ao setor rural. Além disso, em 1989 o governo aprovou na Constituição emenda que garantiu o desenvolvimento da empresa privada, como “complemento da economia socialista pública”.

Em 1995 a China já tinha 7,3 milhões de empresas industriais nacionais, sendo 90 mil estatais, contadas as de todos os níveis. O conjunto de empresas permitiu absorver parte do excedente de mão de obra das estatais, forçadas a reduzir custos para competir com as estrangeiras, e parte da mão de obra liberada do campo, com a elevação da produtividade do trabalho rural.

As empresas privadas nacionais e as estatais se aproveitaram da legislação que impôs regras para o capital estrangeiro. O controle da entrada de capital de investimento no país não apenas impedia



Pequim, 1982: Deng e Margareth Thatcher acertam a devolução de Hong Kong e de outras áreas cedidas aos britânicos no século XIX

para projetos de infraestrutura – aeroportos, ferrovias, portos, estradas, a ampliação da rede de energia elétrica, casas para os mais pobres. Proporcionalmente ao tamanho da economia chinesa, é quatro vezes maior que o pacote americano anticrise. A probabilidade de sucesso é maior porque essas medidas não decorrem da crise, mas da suspensão de políticas aplicadas no início de 2007, antes da crise americana, e que visavam conter o crescimento econômico do país, principalmente em alguns setores industriais como o siderúrgico, a construção civil e as exportações de baixo valor agregado. Desde 2005 o governo vinha permitindo uma valorização da moeda chinesa, o yuan, em relação ao dólar, o que também dificultava especialmente essas exportações.

“A China não tem mais interesse em investimento estrangeiro para a produção de produtos baratos para exportação”, disse o cônsul brasileiro em Xangai, Marcos Caramuru, a *O Estado de S. Paulo*, no final do ano passado. Segundo o economista Antônio de Barros Castro, assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é ingênuo pensar que as empresas chinesas são competitivas porque pagam salários baixos.

Castro foi um dos organizadores de um seminário realizado no início de se-

tembro para discutir os desafios para as economias nacionais frente à concorrência chinesa no contexto da crise mundial. No encontro, Mário Ripper, engenheiro de tecnologia de informação e telecomunicações, falou da Huawei, companhia privada, criada por Ren Zhengfei, um ex-oficial do Exército chinês. Ren ficou desempregado com a redução do efetivo das Forças Armadas da China nos anos 1980 e em 1988 fundou a Huawei na província de Guangdong. A empresa, a maior fornecedora de equipamentos para redes de comunicação da China, é a sexta do mundo e a segunda no setor de infraestrutura de tecnologia sem fio. Para Ripper, o desempenho da Huawei teve como base a política chinesa de manter o foco na ampliação do mercado interno, na disponibilidade de recursos financeiros oferecidos pelos bancos de desenvolvimento chineses e na estratégia governamental que abriu o mercado para fabricantes estrangeiros, mas fixou obrigações de transferência de tecnologia e investimentos estratégicos, como em semicondutores, no próprio país.

Nos dez anos entre 1997 e 2006, por exemplo, o investimento anual da China em pesquisa e desenvolvimento se elevou de pouco mais de 6 bilhões de dólares para mais de 30 bilhões de dólares, enquanto o número equivalente de trabalhadores

em tempo integral por ano nessa área foi de cerca de 250 mil para cerca de 800 mil. Esse crescimento, indiscutivelmente, como diz Barros Castro, não se deu por acaso – decorreu de uma escolha deliberada de desenvolvimento interno. Entre 1998 e 2006 as exportações de equipamentos de informática e telecomunicações (ITC) da China se elevaram de 25 bilhões de dólares anuais para 300 bilhões de dólares. E já em 2004 ultrapassaram as dos EUA e se tornaram as principais do país e as maiores do mundo.

LIDERANÇA AMERICANA

Os americanos são, sem sombra de dúvida, os líderes do desenvolvimento científico e tecnológico. Das exportações de ITC da China, grande parte do conteúdo é importada dos EUA e de outros países desenvolvidos: dos 300 bilhões de dólares exportados em 2006, 226 bilhões foram importados. Quando se desmembram essas exportações e importações, vê-se que a China exportou muita tecnologia menos avançada e mais barata. E importou, expressivamente, tecnologia mais avançada e mais cara. Os chineses tiveram um saldo enorme no comércio de computadores, câmeras de vídeo, televisores e telefones montados. E um déficit grande – de 92 bilhões de dólares – no comércio de ►

componentes eletrônicos, onde se incluem semicondutores, circuitos integrados e componentes de equipamento de áudio e vídeo.

Ou seja: por mais que tenha crescido, a China ainda não é um país muito desenvolvido. Os EUA, com cerca de 300 milhões de habitantes, menos que 5% da população do mundo, representam hoje 35% da economia mundial. A China, com 1,3 bilhão de habitantes, 20% da população mundial, representa menos que 10% da economia global.

O Estado chinês é um dos mais antigos. Esteve na vanguarda do desenvolvimento técnico e econômico mundial por 2 mil anos, até o século XVIII. Inventou a pólvora, o papel, a imprensa. No século XV, seus grandes navegadores cruzaram o cabo da Boa Esperança, indo do Pacífico para o Atlântico, 50 anos antes dos portugueses. Depois, a China imperial entrou em crise profunda. O marco dessa decadência são os tratados assinados entre 1841 e 1898 com a Grã-Bretanha, o primeiro dos quais cedia, em definitivo, Hong Kong ao império britânico.

PAPEL EXTRAORDINÁRIO

O império chinês caiu em 1911, com a Revolução Democrática liderada por Sun Yat-sen, um natural de Guangdong, aliado dos comunistas e dos nacionalistas. Com a morte de Sun Yat-sen em 1925, esquerda e direita se desentenderam em conflitos armados abertos. O Partido Comunista (PC) teve um papel extraordinário a partir de então. Procurou fazer uma frente com os nacionalistas para enfrentar a ocupação japonesa de três províncias do norte da China a partir de 1931 e a invasão total do país em 1937. Em 1º de outubro de 1949, na praça da Paz Celestial, Mao Zedong, o líder da luta armada e principal teórico dos comunistas, proclamou a República Popular da China (RPC), que agora completa 60 anos. Os nacionalistas derrotados, apoiados pelos americanos, retiraram-se para a ilha de Taiwan onde proclamaram, no dia 25, a República da China, que até o final de 1971, por pressão dos EUA, representava o país na ONU. Àquela altura, os americanos afrouxaram a pressão. E, em fevereiro de 1972, o presidente Richard Nixon visitou Mao em Pequim.

Em 1982, num encontro na China entre Margareth Thatcher e Deng, o governo chinês exigiu a devolução, até 1997 – quando venceria o prazo das últimas concessões territoriais aos britânicos, feitas

por 99 anos –, de Hong Kong e de todas as áreas cedidas. Em troca, ofereceu à Grã-Bretanha manter Hong Kong, por 50 anos, sob o esquema de “um país” – uma só representação externa e um só Exército – e “dois sistemas” – o comunista, no continente, e o capitalista, na ilha.

Até agora, as reformas comandadas por Deng foram relativamente bem-sucedidas. A liderança chinesa atual parece animada com a conjuntura e suas perspectivas. “O mundo hoje experimenta extensas e profundas mudanças, e a China contemporânea está passando por uma transformação de larga amplitude e profundo alcance”, disse, na abertura do 17º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em outubro de 2007, o líder máximo chinês, Hu Jintao, secretário-geral do

PC, comandante das Forças Armadas e presidente da República. “Estes tempos trazem oportunidades sem precedentes, bem como desafios sem precedentes. Mas as oportunidades são maiores.”

A Constituição chinesa diz que “a República Popular da China é um Estado socialista sob a ditadura democrática do povo dirigida pela classe trabalhadora e baseada numa aliança de operários e camponeses”.

A discussão da democracia chinesa é complexa e merece um outro artigo (leia o Ponto de Vista, à página 6). Aqui cabem, no entanto, duas considerações. A primeira, interna. Nos últimos anos, o PC conduziu o povo da China num processo sem precedentes na história. O país foi capaz, diz o Estudo de caso da transição

Votação da lei da propriedade, 2007: o Parlamento aprovou por 2.799 votos contra 52



urbana da China, 2008-2009, do Habitat, órgão das Nações Unidas, de “tirar da pobreza meio bilhão de pessoas nos últimos 30 anos – um feito memorável que nenhuma outra nação realizou na mesma escala ou velocidade”. Essa mudança, no entanto, teve um efeito negativo: a desigualdade aumentou muito, tanto entre as zonas rurais e urbanas como entre as regiões. Hoje, a China, diz o relatório, tem a maior desigualdade de consumo da região da Ásia, maior do que a da Índia e a de Bangladesh.

MISTÉRIO ESTATÍSTICO

Nas estatísticas sobre a população e o trabalho na China, existe um mistério. O país tinha perto de 975 milhões de habitantes em 1980. Por volta de 2005, tinha mais 300 milhões. Todo o aumento de população se deu nas cidades – o campo continuou com cerca de 800 milhões de pessoas. A força de trabalho dobrou – surgiram mais 400 milhões de trabalhadores. Ao mesmo tempo, diminuiu a força de trabalho no campo: de cerca de 85% do total para cerca de 65%. Isso quer dizer que o aumento da população nas cidades foi maior do que os 300 milhões que as estatísticas mostram, porque as cidades teriam de ter absorvido todo o aumento da força de trabalho do período, de 400 milhões, mais a parte dos trabalhadores que se deslocou do campo.

O mistério se esclarece quando se estuda a natureza da classificação usada nos censos chineses sobre a população. Ninguém mora onde quer, mas onde pode, é certo. Mas, na China, para se evitar a praga comum das habitações sub-humanas das cidades subdesenvolvidas, existe um controle oficial das migrações. O cidadão tem um registro que diz onde ele mora. E, para mudar, ele precisa de um passe, uma autorização.

O governo chinês, como se viu, comandou um gigantesco processo de urbanização e, por isso, facilitou a migração. Hoje, diz um estudo, existem uns 40 milhões de chineses cujo registro não corresponde à realidade: são falsos rurais – porque, de fato, moram na cidade; ou falsos urbanos, porque, de fato, moram no campo. E os falsos urbanos superam os falsos rurais em cerca de 10 milhões. Finalmente, existe um número, estima-se, de mais de 100 milhões, de verdadeiros migrantes rurais. São pessoas que trabalham na cidade, estão ali provisoriamente alojadas, na maioria das vezes em dormi-

tórios de empresas, mas têm família no campo, mandam dinheiro e retornam para o campo regularmente.

Um grande problema está por trás dessa contradição urbano-rural. A propriedade da terra em toda a China é pública: ou estatal, no caso das cidades, ou do coletivo das famílias de trabalhadores, no caso rural. Com a reforma do sistema de comunas rurais, completado sob o comando de Deng, a propriedade coletiva da terra, na imensa maioria das comunas, foi arrendada às famílias camponesas, por contratos de 30 anos, feitos com as autoridades locais.

Em 1999, mudou o sistema de propriedade da terra na área urbana: a terra continuou pública, os moradores passaram a poder comprar concessões para construção e uso dos imóveis e dos

A segunda consideração é de ordem externa. A tese do livro de Arrighi é a de que o fracasso do projeto do governo de George W. Bush para um Novo Século Americano, que ele anunciou pouco depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, e o sucesso do desenvolvimento econômico da China tornaram mais provável do que nunca a concretização da ideia de Adam Smith, o fundador da chamada economia clássica, de um sociedade mundial baseada em maior igualdade entre as civilizações. Essa sociedade seria desenvolvida a partir das relações de mercado e da hegemonia chinesa.

No início de setembro, o jornal *Valor Econômico* citou uma frase irônica de Gao Xiqing, presidente da China Investment Corporation, um fundo soberano que hoje



A nova legislação rural aumentará a produtividade ou levará à favelização?

terrenos públicos correspondentes, por prazo de 70 anos. E esses contratos de concessões públicas urbanas podem ser negociados.

Até o ano passado, os habitantes do campo não tinham tal direito. Por três anos uma reforma do sistema rural foi debatida. Em outubro do ano passado, o Comitê Central do PC, um coletivo de 204 pessoas do qual fazem parte o presidente Hu e o primeiro-ministro Wen, decidiu – ao final do que foi, tudo indica, uma difícil discussão que se estendeu por 30 dias – igualar o prazo dos contratos rurais para os mesmos 70 anos dos urbanos e, igualmente, permitir sua negociação. O grande argumento do PC para justificar a mudança foi a necessidade de elevar a produtividade no campo e a renda das famílias camponesas. O argumento contrário, que foi derrotado, é o de que os migrantes perderão seu refúgio e começará a surgir na China o processo de favelização característico do mundo subdesenvolvido que o país até agora evitou.

é o maior acionista individual do Citibank. Gao disse que, quando a China olha hoje em dia para os EUA, “vê um socialismo com características americanas”. “A razão”, segundo o jornal, “é que, nos últimos 12 meses, o governo americano estatizou a maior parte de sua indústria automobilística, injetou centenas de bilhões de dólares em seu sistema bancário, assumiu as operações de enormes segmentos dos mercados de crédito anteriormente privados e entrou numa era fiscal deficitária numa escala de trilhões de dólares.”

Podem ser, entretanto, que essa convergência pacífica de sistemas não ocorra. Aliás, na história das grandes crises do mundo das economias de mercado, frequentemente aconteceu o pior. A Grande Depressão dos anos 1873-1896 foi seguida pela Primeira Guerra Mundial. A Depressão dos anos 1930, pelo horror do nazismo e pela Segunda Grande Guerra.

Colaborou Téia Magalhães



Ahmadinejad recebido por líderes asiáticos na cidade russa de Ekaterinburgo, logo após reeleição: sob bloqueio pelos países do G7, o Irã procura apoio econômico no Oriente. Da esq. para a dir., os presidentes Hu Jintao, da China, Kurmanbek Bakiyev, do Quirguistão, Dmitri Medvedev, da Rússia, Asif Ali Zardari, do Paquistão, Mamonhan Singh, da Índia, Mahmoud Ahmadinejad, do Irã, Emomali Rahmon, do Tadjiquistão, Islam Karimov, do Usbequistão, Nazarbaev Nursultan, do Casaquistão e Hamid Karzai, do Afeganistão

Divulgação

LUTA DE CLASSES ISLÂMICA

Líder dos mulás pobres, Ahmadinejad parece ter conseguido apoio para realizar mudanças tensas, conflitantes com o interesse dos aiatolás ricos. Ele espera obter na China e na Rússia recursos para modernizar a economia

por Flávio Dieguez

DEPOIS DE VÁRIAS derrotas no Congresso (ou Majlis), no ano passado, o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, organizou as ideias na forma de um projeto de longo prazo, batizado de Plano de Evolução Econômica, e as apresentou em outubro de 2008, como parte da sua campanha de reeleição. Seu objetivo, ao contrário do que se noticia, é abrir a economia iraniana, atualmente controlada pelo Estado na proporção de 60%; ampliar o investimento produtivo público e privado para modernizar a indústria e ampliar o poder de compra do mercado interno por meio de maior distribuição de renda. O plano inclui um programa de privatização que pode atingir 80% das empresas estatais.

É em torno desse projeto que se trava atualmente, dentro e fora do Irã, a tensa disputa política, na qual Ahmadinejad é acusado de populista e conservador, e seus oponentes são vistos como reformistas e progressistas. Concretamente, a reeleição de Ahmadinejad no pleito realizado em junho foi contestada e acompanhada por uma revolta popular impressionante, que levou às ruas 1 milhão de pessoas – entre partidários e adversários do governo – e provocou confrontos violentos, com dezenas de mortos. A República Islâmica parece fraturada por interesses dificilmente conciliáveis opondo Ahmadinejad a três ex-presidentes que se uniram contra ele na eleição – o candidato derrotado Mirhossein Mousavi e os aiatolás Mohammad Khatami e Ali Rafsanjani.

O dito populismo de Ahmadinejad decorre em parte de sua origem pobre e da vida modesta que adotou, vivendo atualmente com a família em um pequeno apartamento em Teerã. É filho de um ferreiro do interior (província de Semnan, a 180 quilômetros de Teerã). Formou-se engenheiro com dificuldade e saiu como herói da guerra contra o Iraque (1980-88), atuando no serviço de inteligência. Como prêmio, foi indicado para o governo de regiões rurais pobres. Apesar de muito elogiado, foi afastado da política logo após a eleição de Khatami (1997-2005) e só voltou em 2003, como prefeito de Teerã.

Desde então, Ahmadinejad teria se aproximado de grupos dentro do Exército (a Guarda Revolucionária) e dos Basij, grupos armados com a função de preservar os princípios da República Islâmica. Mais precisamente, conquistou a simpatia dos mulás, que representam o baixo clero da igreja xiita, têm uma visão caritativa do

mundo e grande influência sobre os setores pobres da população. Eles ocupavam escalões inferiores na Guarda, nos Basij e nas bonyads, fundações de caridade estatais que também fazem negócios, representando 20% da parte estatal da economia.

Ahmadinejad teria aberto espaço econômico e político mais amplo para esses setores, em detrimento das hierarquias mais altas, que, no caso, são os aiatolás. Khatami e Rafsanjani (presidente de 1989 a 1997) teriam, durante seus governos, adquirido controle sobre setores-chave da economia privada e pública, principalmente no comércio externo, mas também na agricultura e na educação privada. A família de Rafsanjani – considerado o homem mais rico do Irã – é dona da Azad, uma rede de centenas de faculdades privadas, em parte em associação com instituições europeias.

A reestruturação pretendida por Ahmadinejad é uma ameaça aos setores que Khatami e Rafsanjani representam, diz um

O Irã quer reduzir a tensão regional e fazer acordos econômicos com os vizinhos

analista experiente da política asiática, o ex-diplomata indiano M. K. Bhadrakumar, colonista em diversas publicações internacionais (como os sites *Asia Times*, indiano, e o norte-americano *Counterpunch*). Para ele, a tentativa emergencial de redistribuir renda por impostos – como fez Ahmadinejad no ano passado – é o menor dos conflitos. Muito mais séria foi a decisão simultânea de voltar-se política e economicamente para a Ásia, o que implica ampliar o comércio com países árabes vizinhos, e, mais amplamente, ir buscar modernização industrial na Rússia e na China.

Essa teria sido uma forma de driblar o estrangulamento causado pelas sanções norte-americanas a empresas e países que fizerem negócios com o Irã. E tudo indica que essa “estratégia asiática” está avançando. No começo de 2008, por exemplo, Ahmadinejad fez o que o cientista político iraniano Kaveh Afrasiabi chamou de “incurso em território inimigo”, referindo-se

a Índia, Paquistão e Sri Lanka, tidos como aliados dos EUA e da União Europeia.

No Sri Lanka – entrada das rotas comerciais do oceano Índico –, Ahmadinejad inaugurou uma hidrelétrica de 450 milhões de dólares, 70% financiados pelo Irã, e negociou a construção de uma refinaria de 1 bilhão de dólares. A contrapartida, diz Afrasiabi, são acordos de segurança regional, algo que interessa muito ao Irã. No Paquistão, o Irã acertou a construção de um gasoduto ligando Índia, Paquistão e Irã, há anos enrolado em vaivéns diplomáticos. No Paquistão, Ahmadinejad assinou um protocolo que, para Afrasiabi, viabiliza o projeto. Ele diz que a Índia só não aceitou assinar devido à forte pressão norte-americana e europeia.

A aproximação com a Rússia não é novidade: os russos estão há tempos envolvidos na construção das usinas nucleares iranianas com tecnologia da estatal Atomstroyexport. O negócio vinha sofrendo atrasos sucessivos e agora pode deslanchar: segundo o site chinês *Xinhua*, a usina Bushehr, no Golfo Pérsico, pode começar a funcionar talvez no ano que vem. A China, diplomaticamente mais distante do Irã, pode ter dado este ano a Ahmadinejad dois grandes trunfos: uma refinaria para fazer gasolina e uma fábrica para liquefazer gás natural (que começa a se tornar uma mercadoria de importância).

Segundo o site *Al Jazeera*, China e Irã formaram, no início de agosto, um consórcio para modernizar a refinaria de Abadan, que, conforme o diário *Teerã Times*, vai aumentar a produção de gasolina de 10 milhões para 16 milhões de barris por dia e suprir 20% da demanda doméstica. Quanto ao gás natural liquefeito, o consórcio sino-iraniano, assinado em março, vai explorar um dos maiores campos do mundo, o de South Pars. O negócio envolve uma reviravolta importante: os chineses tomaram o lugar da multinacional francesa Total, que há anos adiava uma decisão sobre o assunto.

Negócios semelhantes se multiplicaram muito nos últimos anos e podem ter tido peso considerável no desempenho eleitoral de Ahmadinejad. Em contraste com o questionamento uníssono da reeleição iraniana pelos países do Ocidente, na Ásia ela foi imediata e maciça – da Turquia ao Sri Lanka, da Índia ao Paquistão, da Indonésia ao Paquistão e da China à Rússia.

O Irã enfrenta dificuldades, como reconhece o plano de Ahmadinejad. ▶

Acertos bilionários

O Irã intensifica as relações regionais para construir novos gasodutos, aumentar a produção de gasolina e liquefazer gás natural



Mauro Nakata

Desde 2005, a economia cresce a taxas razoáveis, acima de 6% ao ano, e é considerada “robusta” pelo relatório anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), de julho do ano passado. O desemprego e a inflação, no entanto, são muito elevados e oscilam nas alturas: nos dois casos, entre 10% e 20%. A inflação é o problema mais sério do país para 90% dos moradores de Teerã, como mostrou uma pesquisa feita na cidade pelo departamento de pesquisa do Majlis, em junho de 2008. Os outros problemas são habitação (83%), desemprego (78%) e renda (72%).

A economia cresce focalizada em produção primária: petróleo, agricultura e têxteis, que também dominam a pauta de exportação. A indústria está desatualizada: o Irã é um dos maiores produtores mundiais de petróleo, mas importa quase metade da gasolina que consome por falta de refinarias modernas. Desde os anos 1990, adotou-se a saída de buscar inovações tecnológicas no exterior, com baixo investimento interno. Fez-se um esboço de abertura econômica, iniciando a privatização dos setores não interditados pela Constituição, especialmente serviços. Mas, com a crise mundial, no fim da década passada, a produção despencou para 1% e não passou mais dos 4%, na média.

Sem mudança significativa, avalia o Banco Mundial, o emprego não dá conta de absorver os jovens: mais de 70% da população tem menos de 35 anos e a oferta de trabalho cresce à taxa de 4% ao ano, uma das maiores do mundo. Como

nos anos 1990, a insuficiência de renda é compensada por subsídios de vários tipos. O diário norte-americano *Washington Post* mostrou em dezembro passado que, para um casal de classe média/baixa, ganhando 500 dólares mensais, o subsídio acrescenta 80 dólares – 16% a mais. Os subsídios caem com o aumento da renda ao longo de dez estratos sociais, pesando mais sobre os mais ricos.

Em 2007, o peso dessa despesa – estimado em 50% do orçamento nacional, no fim do ano passado – levou Ahmadinejad a racionar a gasolina e a aumentar impostos dos mais ricos, cobrando a conta especialmente dos grandes comerciantes privados. Houve protestos de rua e alguns relativamente violentos, em Teerã e outras cidades grandes, como Isfahan, Tabriz e Mashad, forçando Ahmadinejad a suspender o aumento de imposto. Começou assim a fase aguda do confronto entre os dois grandes blocos em que se divide a República Islâmica. Confronto esse que, a princípio, deve continuar dentro do Majlis, onde Ahmadinejad tem a maior bancada – 90 dos 290 votos –, mas não a maioria. Um sinal de que seu prestígio parlamentar aumentou foi a aprovação de praticamente todo o seu gabinete, à exceção de três nomes.

As tensões latentes no Irã – reveladas pelas manifestações de rua – continuam grandes, e muitos analistas apostam que não vão diminuir enquanto não se fizer uma reforma política abrangente. O país tem 240 partidos, mas as chapas eleitorais são montadas a cada eleição em grande

parte por afinidades pessoais. Dados interessantes sobre isso foram levantados pela pesquisa ampla e cuidadosa dos norte-americanos Ken Ballen e Patrick Doherty, realizada nos meses anteriores à eleição. Ela antecipou a folgada vantagem de Ahmadinejad – 63% dos votos, quase o dobro da votação de Mousavi – e revelou que os iranianos querem, sim, maior abertura política e econômica. Mas acreditam que Ahmadinejad é a figura mais indicada para enfrentar as pressões ocidentais. Também mostrou que Mousavi tinha preferência apenas dos mais ricos e da população com curso superior. E, apesar disso, quase 80% dos iranianos afirmaram que querem mudar o sistema político – por exemplo, para poder eleger o Líder Supremo – que, na República Islâmica, é o chefe simultâneo do Estado e da Igreja.

No campo externo, o mais importante reconhecimento indireto da força política de Ahmadinejad veio da reunião de julho do G-8 (EUA, Inglaterra, Canadá, Japão, Alemanha, França, Itália e Rússia). Aí se acertou que a intenção bélica nuclear do Irã não será mais avaliada unilateralmente pelo governo norte-americano. Passa a um âmbito mais amplo: o Conselho de Segurança das Nações Unidas (EUA, Inglaterra, França, China e Rússia) mais a Alemanha. Talvez por isso Ahmadinejad tenha dito com tanta segurança, em setembro, em seu primeiro movimento depois de reeleito, que considera a decisão iraniana de desenvolver energia nuclear um assunto encerrado. ■

"ENFIA ESSA CÂMERA NO RABO"

Em *Corumbiara*, o grande vencedor do Festival de Gramado deste ano, as imagens documentais ultrapassam a função estética e procuram novo sentido ético e político

por **Leandro Saraiva**

COMO UMA FLECHADA, *Corumbiara* nos impacta violentamente, como espectadores desacostumados com um cinema feito de compromissos radicais. As discussões sobre o estatuto das imagens documentais, a natureza do caráter ético e/ou político das relações estabelecidas entre quem filma e quem é filmado, ou mesmo a ética (sempre “a ética”, entendida como compromisso individual entre “autor” e “documentado”) da produção audiovisual com relação aos abundantes desvalidos retratados – todas essas questões debatidas nos últimos anos, de especial crescimento do documentário no País, amargam na nossa boca, tomando um gosto meio pueril defrontadas com a clareza e firmeza desassomburada dos posicionamentos que movem o filme de Vincent Carelli. Tamanha contundência tem seu nervo no inconformismo frente à violência bárbara que rege as relações sociais nas frentes de expansão agrária do País.

Corumbiara se compõe das filmagens feitas por Carelli na região homônima, em Rondônia, entre 1986 e 2006. Sempre tentando flagrar os criminosos responsáveis pelo massacre de um grupo indígena que “atrapalhava” fazendeiros locais – pelo desagradável inconveniente de existir, com o agravante de fazê-lo sobre terras que os fazendeiros sulistas tinham comprado num negócio de lucros amazônicos promovido pelo desenvolvimentismo patrimonialista –, o cineasta acumulou farto material ao longo de duas décadas. Vestígios de ocupação violentamente desfeita, oculta de modo primário, ameaças de jagunços, depoimentos de trabalhadores que testemunharam o ataque, entrevistas com especialistas indigenistas, localização de índios que fugiram e sobreviveram e até mesmo a confirmação do massacre por alguns desses sobreviventes.

Carelli não tinha a intenção de “fazer um documentário”. Desde o início, o ►

objetivo era fazer imagens que pudessem servir à causa indígena, comprovando os ataques sofridos, flagrando os responsáveis, provando a existência de índios remanescentes nas terras da região, para garantir a eles seu uso. O autor de *Corumbiara* trabalha nas antípodas da autonomia das imagens: ele busca fazer imagens que provem, acusem, testemunhem.

O filme abre com uma declaração das intenções do realizador. Na tela, as imagens fortes (pouco importa uma certa precariedade técnica) de um ritual nambiquara, a “festa da moça”, que ocorre pela primeira vez em 20 anos, explica o realizador, em consequência direta do processo de gravação e exibição que o vídeo permitia experimentar na aldeia. É uma espécie de ritual de iniciação do próprio Carelli, até então um indigenista, que se reinventava, em 1986, como documentarista.

O cineasta que daí surge, no entanto – e esse é o ponto crucial –, usa a câmera como instrumento da causa indígena. Esse sempre foi o norte da organização que criou, *Vídeo nas Aldeias*. Hoje, mais de 60 filmes depois, tendo atuado junto a dezenas de povos, formando realizadores indígenas de alto gabarito, com obras lançadas em festivais e no mercado de locação e venda de vídeos, é uma incontornável referência internacional (ver “Muito além do vídeo”, *Retrato do Brasil* n° 21, abril de 2009).

Foi nesse contexto que Marcelo Santos, indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), convidou-o para registrar os vestígios de um massacre de índios isolados em Corumbiara, o que, conta-nos Carelli, era a chance de dar um sentido claramente militante ao vídeo, exatamente como ele buscava.

O sentido político das imagens da violência econômica explícita da região é didaticamente exposto. No “diálogo” com um trabalhador fiel aos patrões, a fala do rapaz enuncia com objetividade o lugar do Estado de Direito na fronteira agrícola: “Enfia essa câmera no rabo”. A câmera incomoda. Carelli grava os vestígios materiais do massacre, faz entrevistas, mas é logo interrompido por um jagunço sofisticado, Dr. Flausino, advogado dos fazendeiros, refinado ideólogo do desenvolvimento a qualquer custo, que nega qualquer violência por parte desses civilizadores a quem serve, benfeitores, segundo ele, que arriscam seu capital naqueles grotescos.

Carelli e Santos retornam anos depois, quando o indigenista obtém legitimidade na Funai para retomar as buscas. A câmera, agora, está ao lado da lei: ajuda a forçar a entrada dos oficiais de Justiça nas fazendas da área, cujo acesso, antes, era negado, em nome do direito de propriedade. E – surpresa! – eles encontram um pequeno grupo de índios remanescentes, isolados, que há anos se esforçam para escapar do contato “civilizatório” com os benfeitores para os quais Dr. Flausino trabalha.

As imagens do contato adquirem um duplo uso. Legalmente, servem como base para a interdição de uma área que permita aos índios manterem seu saudável isolamento. E são exibidas no *Fantástico*, o que reforça o primeiro uso, ao mesmo tempo em que, esperam os realizadores, ajudam a apoiar os direitos indígenas.

A difusão televisiva, entretanto, revela outra dimensão política da imagem: o jogo

da manipulação. De início, pela própria TV: as imagens de Carelli são apresentadas no *Fantástico* sob uma aura sensacionalista, que retira de contexto e exotiza os índios com os quais ele fez contato. Mas, de qualquer forma, essa espetacularização por si só não chega a atrapalhar a ação na Justiça e a investigação, junto aos índios, do massacre. O jogo se torna mais pesado quando os fazendeiros montam uma contraversão para os jornais, que parte do imaginário exotizante, vestindo os índios contatados com roupas brancas e afirmando que, se havia uma “montagem”, esta havia sido feita por Carelli e Santos.

Enquanto essa batalha segue em curso, Carelli e Santos se esforçam para provar o massacre original. Estabelecem um convívio cotidiano com os índios. Junto com a antropóloga Virgínia Valadão, mulher de Carelli (que faleceu durante a longa investigação), descobrem se tratar, na verdade, de dois grupos, um akunsu e outro canoê (no total, chegam a dez pessoas). As relações entre eles são complexas, tensas.

A investigação avança com dificuldade. São colhidos depoimentos de trabalhadores da fazenda suspeita, mas há muito temor. Os indícios e informações se acumulam. Nesse meio tempo, outro índio isolado, sobrevivente do que parece ser outro massacre, mais recente, é encontrado, mas recusa o contato, gerando

Carelli (à esq.) e Santos (com os omerê): trabalho que se confunde com a vida



uma situação quase que paradoxal. O índio foge e resiste, sentindo-se acuado pela câmera, mas só a obtenção de sua imagem pode garantir na Justiça a sua permanência na terra onde vive.

Durante a investigação, Carelli percebe que as imagens que fez para o *Fantástico* precipitaram a reedição da tragédia anterior, sendo a causa do massacre do grupo ao qual pertencia o índio que tenta filmar: assustados pela divulgação da presença indígena e com a potencial interdição de áreas, os fazendeiros resolveram agir preventivamente. No fundo, o temor do índio que se esconde tem um triste fundamento. O moinho da frente de expansão continua dando voltas.

Eventualmente, Carelli obteve um testemunho gravado do chefe akunsu, confirmando o massacre original. Mas, no lugar da condenação dos culpados, o que conseguiu foi realizar *Corumbiara*. Um filme que resultou de um processo de investigação e militância, lidando, portanto, com outras funções sociais da imagem, que não a estética: investigativa, jurídica, jornalística, política. Realizado retrospectivamente com montagem desses materiais, *Corumbiara* é uma narração desses casos de violência social e, ao mesmo tempo, uma meditação sobre o lugar da imagem nesse circuito. As-

sim, atuando à margem da especialização estética, no registro da militância, Carelli extrai daí uma outra estética.

No campo documental, nos últimos anos, muito se falou de uma “ética do encontro”, que seria também uma estética, para caracterizar o cinema documental de Eduardo Coutinho (veja-se, por exemplo, *O cinema de Eduardo Coutinho*, de Consuelo Lins. Jorge Zahar, 2004). Em seus documentários, Coutinho faz da entrevista um palco de improvisos, de retórica, encenação e desnudamento, onde vale a ética do encontro, ou da busca do encontro – de lampejos de beleza, como costuma dizer, em que o que vale é o encontro entre duas subjetividades singulares, mediadas pela câmera. Tudo isso é verdade e tem resultado estético, numa versão contemporânea e antiespetacular do cinema moderno, em sua atenção aos instantes de invenção, de fuga do convencionalizado.

Pode-se dizer que também em *Corumbiara* uma ética se desdobra em estética. Mas aqui a ética é outra. Não a do encontro intersubjetivo, mas a da ação política, que leva, por um lado, a relações de aliança mediadas por objetivos políticos (e não pela subjetividade pura) e, por outro, a relações de confronto (“Enfia essa câmera no rabo”). Entretecidas com as investigações e jogos

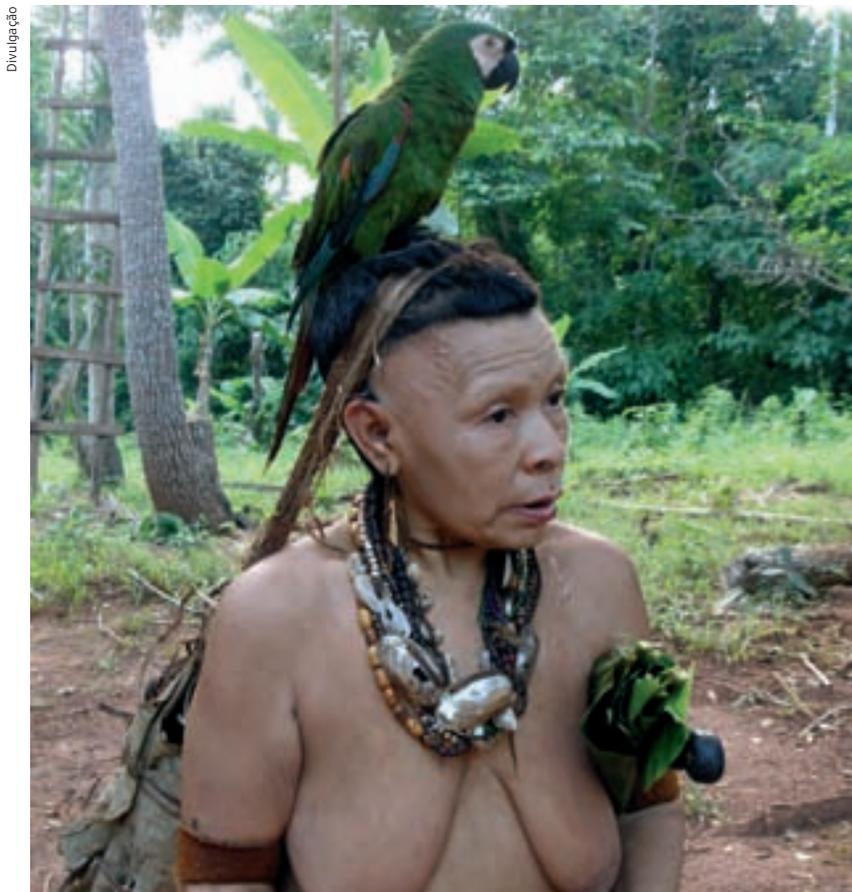
de força e imagem, aparecendo justamente em função dessas tensões políticas, surgem momentos fortes, de uma qualidade estética para além do subjetivo. A voz *over* de Carelli, sóbria, narrando um rosário de horrores sem empostar quaisquer dramatizações (como quem diz “assim são as coisas”), costurando a passagem de décadas de sua vida, emociona não pelo lirismo, ou pela nostalgia do tempo que se perde, da esposa, que se vai, mas pela firmeza persistente, realista e desassombada, de quem mantém a militância. Na mesma chave, a amizade com Marcelo, o reencontro que revela nos rostos e nos corpos a passagem do tempo, aparece calçada nesse trabalho político que se confunde com a vida.

O contraste entre a espetacularização do *Fantástico* e a delicadeza intensamente emocionante dos planos silenciosos e distendidos do primeiro contato com os canoês está emoldurado nesse quadro politizado. Cada gesto, hesitante e inaugural, entre brancos e canoês, nesse momento raríssimo, de encontro entre mundos, vibra com uma particular intensidade, dada pela sombra trágica que paira sobre aquela outra humanidade que se revela à câmera.

Mesmo a fisionomia, o que de mais imediato há nas imagens, o que apreendemos de chofre quando vemos um rosto, ou mesmo uma paisagem, adquire tons específicos conforme a moldura, a atitude geral que move o filme. Sob a luz política de *Corumbiara*, a desfaçatez dos fazendeiros, a arrogância do Dr. Flausino e, sobretudo, as expressões dos índios – a circunspeção defensiva dos canoês; a incrível força da performance de conotações xamânicas de Tiramantu, a jovem mulher canoê; a dignidade de Konibi, chefe akunsu, tocando sua flauta; o acumamento do “índio do buraco” – tudo surge carregado de história.

Corumbiara se encerra com um close de Tiramantu, completamente absorta na relação com seu filho pequeno. A voz de Carelli, ao longo de toda a sequência que ali se encerra, pontua a conclusão com um duro balanço das grandes dificuldades enfrentadas pelos índios com os quais ele fez contato. Lembramo-nos das imagens do primeiro contato e Tiramantu parece outra pessoa. A estranheza áspera de sua expressão de então se foi. Em seu lugar, há um doce olhar maternal. Aquele momento de ternura vale como esperança, apesar de tudo, ou como rendição? A história, impregnada em cada fotograma de *Corumbiara*, emoldura até o fim até mesmo a delicada intimidade de Tiramantu. ■

Mulher akunsu: ela fazia parte de um grupo de dez índios remanescentes



Divulgação

Livro

AUTÓPSIA DO TERROR

Um historiador discute a violência política durante a Revolução Francesa. A obra é boa, mas falha quando assemelha os atos de Robespierre aos de Bush

por *Lincoln Secco*

O TERROR guerra civil e Revolução Francesa

Autor **David Andress**
Tradução **Clóvis Marques**
Editora **Record**
Ano **2009**
Páginas **517**

“MEU DEUS, como me arrependo.” Conta-se que essa frase teria sido proclamada na primavera de 1793, da galeria do Tribunal Revolucionário, por Camille Desmoullins, amigo de Maximilien Robespierre. Naquele momento, o mais célebre revolucionário girondino, Brissot, recebia a pena de morte. Desmoullins havia difamado Brissot e, meses depois, também ele seria guilhotinado ao lado de Danton. À sombra daquele tribunal, esgueirava-se a figura de Robespierre, o Incorruptível.

Nada mais ilusório, entretanto, do que personificar o terror. Ele nem sequer é uma decisão que possa ser datada e contabilizada. Sim, é verdade que a Convenção, dominada pelos radicais ou

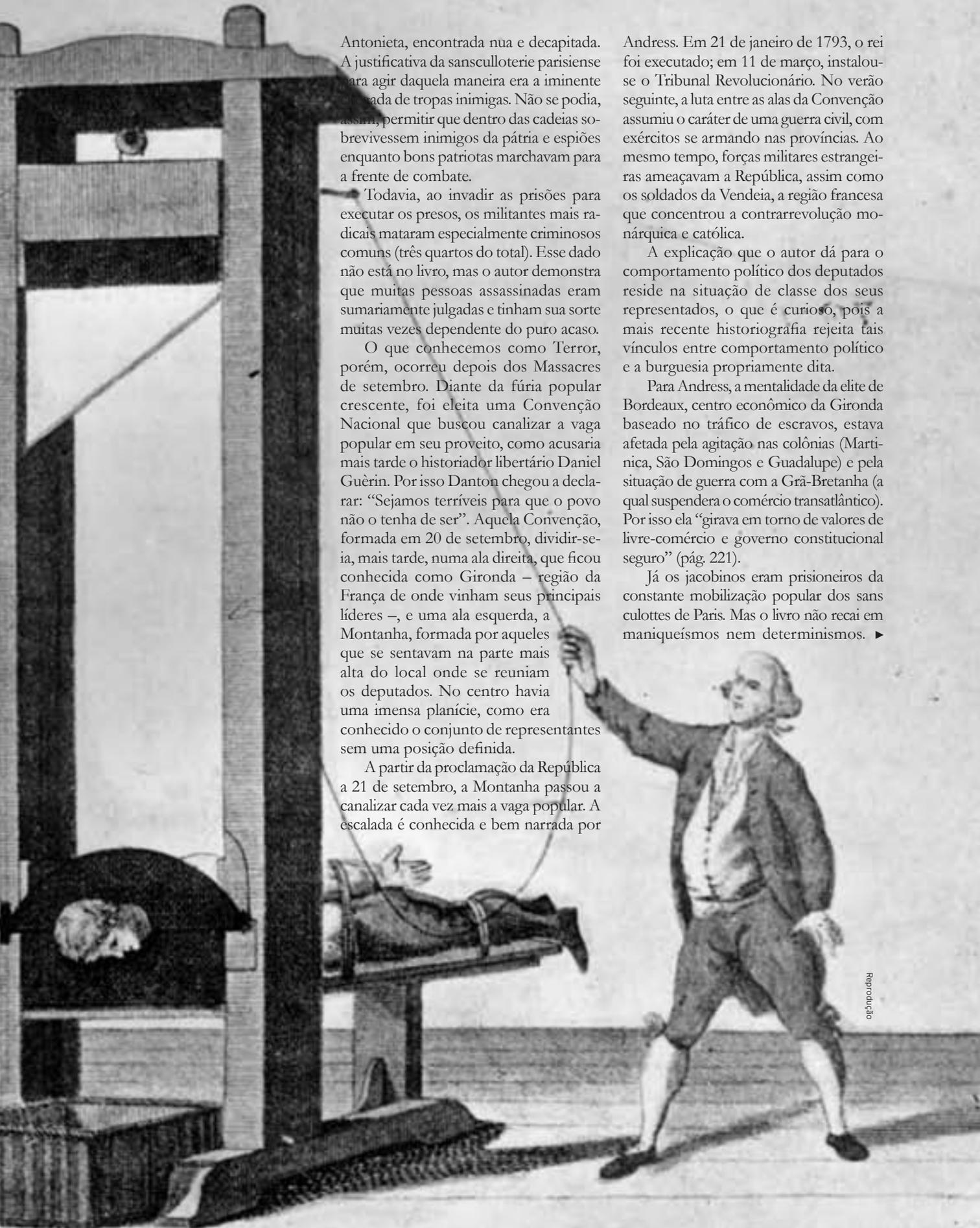
atemorizada pela contrarrevolução às suas portas, aprovou-o em 5 de setembro de 1793. Também é verdade que, dependendo das estimativas, algo em torno de 16,6 mil pessoas foram suas vítimas.

As execuções não cessaram com a queda de Robespierre, no entanto. O próprio recrudescimento da violência revolucionária foi fruto daquilo que Mignet, um dos primeiros historiadores liberais da Revolução Francesa, chamou de “segunda revolução”. Depois do 10 de agosto de 1792, quando o Palácio das Tulherias foi invadido, e o rei Luís XVI, preso, uma onda de assassinatos injustificáveis tomou conta de Paris no mês seguinte: foram os Massacres de setembro. Em boa medida, aqueles assassinatos foram cometidos à revelia das autoridades da Assembleia Legislativa, embora com a sua inoperância. Danton, por exemplo, nada fez para contê-los, embora fosse o ministro da Justiça no auge da popularidade.

FAVORITA PERDEU A CABEÇA

É nesse ponto que o livro *O Terror – guerra civil e Revolução Francesa*, de David Andress, professor de História Europeia da Universidade de Portsmouth, é mais vigoroso. Ele fornece detalhes escabrosos daqueles crimes, incluindo a morte da princesa Lamballe, favorita da rainha Maria





Antonietta, encontrada nua e decapitada. A justificativa da sansculoterie parisiense para agir daquela maneira era a iminente chegada de tropas inimigas. Não se podia, assim, permitir que dentro das cadeias sobrevivessem inimigos da pátria e espíões enquanto bons patriotas marchavam para a frente de combate.

Todavia, ao invadir as prisões para executar os presos, os militantes mais radicais mataram especialmente criminosos comuns (três quartos do total). Esse dado não está no livro, mas o autor demonstra que muitas pessoas assassinadas eram sumariamente julgadas e tinham sua sorte muitas vezes dependente do puro acaso.

O que conhecemos como Terror, porém, ocorreu depois dos Massacres de setembro. Diante da fúria popular crescente, foi eleita uma Convenção Nacional que buscou canalizar a vaga popular em seu proveito, como acusaria mais tarde o historiador libertário Daniel Guérin. Por isso Danton chegou a declarar: “Sejamos terríveis para que o povo não o tenha de ser”. Aquela Convenção, formada em 20 de setembro, dividir-se-ia, mais tarde, numa ala direita, que ficou conhecida como Gironda – região da França de onde vinham seus principais líderes –, e uma ala esquerda, a Montanha, formada por aqueles que se sentavam na parte mais alta do local onde se reuniam os deputados. No centro havia uma imensa planície, como era conhecido o conjunto de representantes sem uma posição definida.

A partir da proclamação da República a 21 de setembro, a Montanha passou a canalizar cada vez mais a vaga popular. A escalada é conhecida e bem narrada por

Andress. Em 21 de janeiro de 1793, o rei foi executado; em 11 de março, instalou-se o Tribunal Revolucionário. No verão seguinte, a luta entre as alas da Convenção assumiu o caráter de uma guerra civil, com exércitos se armando nas províncias. Ao mesmo tempo, forças militares estrangeiras ameaçavam a República, assim como os soldados da Vendéia, a região francesa que concentrou a contrarrevolução monárquica e católica.

A explicação que o autor dá para o comportamento político dos deputados reside na situação de classe dos seus representados, o que é curioso, pois a mais recente historiografia rejeita tais vínculos entre comportamento político e a burguesia propriamente dita.

Para Andress, a mentalidade da elite de Bordeaux, centro econômico da Gironda baseado no tráfico de escravos, estava afetada pela agitação nas colônias (Martinica, São Domingos e Guadalupe) e pela situação de guerra com a Grã-Bretanha (a qual suspendera o comércio transatlântico). Por isso ela “girava em torno de valores de livre-comércio e governo constitucional seguro” (pág. 221).

Já os jacobinos eram prisioneiros da constante mobilização popular dos sans culottes de Paris. Mas o livro não recai em maniqueísmos nem determinismos. ▶

Numa fina análise política, baseada em ampla mobilização de fatos colhidos em geral na imensa historiografia existente sobre o tema, Andress mostra as possibilidades ou tentativas de consenso e de recomposição da unidade revolucionária e revela como erros de avaliação e comportamento também ajudaram a produzir o cisma irreversível entre a Montanha e a Gironda.

O autor também aponta os “desastrosos erros estratégicos” dos deputados girondinos. Logo após o pânico do dia 1º de abril de 1793, quando em Paris se discutia a traição do general republicano Doumoriez, a Gironda propôs o fim da imunidade parlamentar dos deputados. Seu objetivo era atacar a Montanha e, particularmente, Marat, líder popularíssimo em Paris, membro do clube dos jacobinos e que denunciava os girondinos como contrarrevolucionários.

Aproveitando-se de que 128 deputados estavam em missão no interior, sendo 96 deles montanhese, os girondinos conseguiram levar Marat ao Tribunal Revolucionário. Ele acabou absolvido e mais tarde seria assassinado por Charlotte Corday, uma seguidora dos girondinos. Mas os girondinos foram, depois, vítimas de sua própria resolução de suspender a imunidade de um deputado!

DO REI A ROBESPIERRE

O conciso título original do livro (*The Terror*) é restrito para a abrangência da obra. Na verdade, estamos diante de mais uma História da Revolução Francesa, que, ainda que não traga novos documentos (isso é impossível para uma obra de síntese sobre um tema que tem a tradição de mais de 200 anos de historiografia), é escrita de forma ágil, quase como um enredo de cinema, sem perder o rigor acadêmico. É assim que o livro consome boa parte de seus primeiros capítulos entremeando os acontecimentos por assim dizer “coletivos” da revolução com as idas e vindas do casal real.

O ponto alto da narrativa é, certamente, a fuga de Varennes em 21 de junho de 1791. A estrutura da narrativa coloca o rei no centro do palco e ali ele permanece até a sua execução, quando o livro parece mergulhar definitivamente na figura de Robespierre e das facções da Convenção. É preciso dizer que o autor não poupa o casal real de equívocos e de uma educação que não os habilitava para compreender a situação em que se encontravam. Mas transparece, nas entrelinhas, uma certa empatia com Luiz XVI e Maria Antonieta. Por uma ironia da história,



Máscara mortuária de Robespierre

Andress pareceu ter sofrido do mesmo mal de Barnave. Como se sabe, a Assembleia enviou deputados para encontrar a carruagem do rei em sua volta a Paris. Barnave era um dos principais líderes da revolução naquela altura, quando o clube dos feuillants, mais moderado e favorável a uma monarquia constitucional, dominava a cena. O autor nos diz que, seduzido pela rainha, Barnave acabou por se tornar um brinquedo em suas mãos. Ela fingiu por muito tempo respeitá-lo e acatar as novas condições, mantendo com ele uma correspondência secreta. Mas, como a documentação histórica mostrou depois, Maria Antonieta desprezava Barnave e Lafayette, dois daqueles que tentavam combinar a monarquia com uma constituição.

11 DE SETEMBRO

O historiador não deixa de ressaltar mais de uma vez o comportamento “digno” da rainha na prisão, no julgamento e no próprio momento da execução. Submetida às humilhações perpetradas por Hèbert, um dos líderes das massas parisienses, ela teria se mantido altiva. E tamanha fora a baixa de Hèbert que o próprio Robespierre o qualificaria de “idiota”.

Numa situação de crise extrema como aquela, muitos historiadores viram o terror como uma resposta dura, talvez exagerada, mas perfeitamente compreensível. Entretanto, como notaria outro historiador conservador da revolução, Furet, ele se tornou um sistema aprovado pela Convenção depois das vitórias sobre a contrarrevolução, e não antes.

No início de 1794, a Vendéia e a revolta federalista do sul já haviam sido derrotadas. Aquela foi esmagada de tal forma que,

segundo o autor, mais de 200 mil pessoas foram mortas na sua repressão. Além disso, as vítimas mais famosas do terror foram seus próprios idealizadores: Hèbert, Danton, Couthon, Saint Just e Robespierre. O que o explica, portanto?

Para Furet, nem mesmo a mentalidade popular é suficiente para explicá-lo. Afinal, Robespierre ou Marat não eram pessoas do povo. O terror residiria, assim, na ideia de virtude e na soberania popular sem limites legais. Não tendo mais uma aristocracia a eliminar, os terroristas voltam-se contra as facções e o crime, tentando corrigir a sociedade até torná-la perfeita e isenta de pessoas sem fervor revolucionário. Por trás dessa leitura esconde-se a crítica do socialismo do século XX e a ideia de que uma sociedade utópica só se concretiza mediante a tirania.

Nenhuma história é inocente. De certa forma, as conclusões de Andress não oferecem novidade se nos lembrarmos das críticas que a revolução sofreu de inúmeros historiadores antes e depois de Furet. David Andress, numa obra poderosa na descrição de personagens e de situações-limite, retoma os últimos escritos de Saint Just para mostrá-lo como um fanático pela sociedade ideal que não media os meios de criá-la, embora demonstre por ele uma simpatia maior do que a dedicada a Robespierre.

A conclusão do livro mostra que o autor escreveu sob o evidente impacto dos acontecimentos do 11 de Setembro nos EUA e da chamada “guerra ao terrorismo” que se seguiu. Embora o ex-presidente George W. Bush não seja citado, há uma crítica à tendência crescente de os governos diminuírem as liberdades individuais e aumentarem a vigilância em nome da segurança, assim como teria ocorrido durante a ditadura jacobina.

O velho Marx, que projetava escrever uma História da Convenção, disse que “o terror foi o método plebeu de terminar com os inimigos da burguesia”. Embora tal ideia seja questionada hoje, para Saint Just e todos os radicais posteriores, uma revolução só se garante pelo exercício da violência e da ditadura. E aquela não terminou oficialmente com o Termidor, o mês do calendário francês em que Robespierre e Saint Just caíram. Afinal, aqueles anos de tormenta desaguaram em Napoleão Bonaparte, um quase-ausente do livro e que no verão quente de 1794 por pouco não esteve ao lado do Incorrupível. ■

LINCOLN SECCO é professor de História Contemporânea na Universidade de São Paulo

Aquela que é considerada a maior poeta dos EUA e que, em certa medida, iguala-se a Shakespeare ganha cada vez mais reconhecimento entre os brasileiros. Não à toa

por Antônio Carlos Queiroz

EMILY ENTRE NÓS



Reprodução

NA LÁPIDE DO túmulo de Heitor Villa-Lobos, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, transcreve-se a seguinte frase do maestro: “Considero minhas obras como cartas que escrevi à Posteridade sem esperar resposta.” O mote evoca dois célebres versos de Emily Dickinson (1830-1886), a maior poeta dos EUA: “Esta é a minha carta para o Mundo / Que nunca escreveu para Mim?”.

Foi coincidência ou teria Villa-Lobos se inspirado nela para compor o epitáfio? A segunda hipótese não é absurda. Villa pode ter sido apresentado à obra de Emily pelo amigo Manuel Bandeira, que, já em 1943, traduziu dois de seus poemas para a revista *Lanterna Verde*. Ou ainda pelo compositor americano

Aaron Copland, a quem Villa dedicou a versão coral das *Bachianas* n° 9, em 1945, e que, por sua vez, musicou 12 poemas de Emily, em 1949 e 1950.

Artistas superiores como Emily Dickinson têm disso – vão carimbando as vias por onde passam, fertilizando as culturas dos povos e insuflando os espíritos dos tempos. É exatamente como dizia Millôr Fernandes a respeito do bardo inglês: “Sheikspir sim, é que era bão: / só escrevia citação!”.

Emily Dickinson tem sido cada vez mais citada entre nós, com sucessivas edições bilíngues de seus poemas. O poeta paraibano José Lira publicou *Alguns poemas* (Editora Iluminuras, 2006) e já está revisando outro conjunto, a ser lançado brevemente. O professor e

dramaturgo Ivo Bender publicou *Poemas escolhidos* (LP&M, 2007). O poeta paulista Augusto de Campos, um dos grandes cicerones de Emily Dickinson entre os brasileiros, lançou *Não sou ninguém* (Editora da Unicamp, 2008). Emily é ainda objeto de estudo de teses de doutorado e de dissertações de mestrado pelo País afora, como se pode constatar na página mantida pelo professor Carlos Daghlian (www.ibilce.unesp.br/departamentos/lem/emilydickinsoninbrazil/index.php), do campus de São José do Rio Preto da Unesp (Universidade Estadual Paulista), dedicada aos estudos dickinsonianos no Brasil.

Por que tamanho interesse e crescente reconhecimento? Entre outras razões, porque, como diz o crítico ►

literário Harold Bloom, Emily Dickinson é tão grande quanto o seu compatriota e contemporâneo Walt Whitman, e sua originalidade cognitiva supera a de qualquer poeta ocidental, à exceção de Shakespeare e de outro inglês, William Blake, autor de *Canções de inocência e canções de experiência*. Ela trata de temas universais – amor, vida, morte, solidão, miséria, natureza, tensão entre fé e ciência, eternidade –, assuntos que interessam a todo mundo, independentemente de nacionalidade, classe social, orientação religiosa ou filosófica.

Nesse sentido, Emily é transcendental. Tira dos fatos e objetos corriqueiros do mundo significados inusitados, que deixam os leitores atônitos. Envelopa os conteúdos em formas compactas, de urgência emocional, ritmos virtuosos, imagens vívidas e caprichosas, segundo uma observação de Carlton Lowenberg, que pesquisou o enorme interesse despertado pela poeta entre os músicos, eruditos e populares, americanos e do resto do mundo, desde 1896.

Emily inspira compositores tão diferentes quanto os americanos Aaron Copland e Simon & Garfunkel, a italiana Carla Bruni e o brasileiro Vitor Ramiel. Em seu álbum de 2007, *Satolep sambatown*, Ramiel incluiu um poemeto composto por Emily em 1872, que pode ser lido como um projeto de literatura:

A word is dead, when it is said
Some say –
I say it just begins to live
That day”

[Dizem que uma palavra morre
Quando é dita –
Eu digo que ela nasce justo
Nessa data]
(J1212-F278)

Pensando bem, esse poema pode ser lido também como o projeto de um dicionarista, que captura e eterniza num livro as palavras que acabaram de ser pronunciadas. Emily disse que durante muito tempo o seu único companheiro (*companion*) foi o “Lexicon”, a edição de 1844 do *American Dictionary of the English Language*, coligido por Noah Webster, que, junto com o avô da poeta, Samuel Fowler Dickinson, fundou o *Amherst College*, na cidade natal de Emily, no estado de Massachusetts.

No poema seguinte, um dos únicos 11 que foram publicados durante a vida



Higginson: mentor abolicionista e feminista

da poeta, com o título “Campo de batalha”, por se referir aos soldados que morreram na Guerra da Secessão, pode se ver como a poeta usa ritmo, repetições e jogos de vogais e consoantes para dramatizar a tragédia da guerra:

They dropped like Flakes –
They dropped like stars –
Like Petals from a Rose –
When suddenly across the June
A Wind with fingers – goes –
They perished in the seamless Grass –

No eye could find the place –
But God can summon every face
On his Repealless – List.
(J409 F545)

Nos dois primeiros versos da primeira estrofe, os encontros “dr” fazem lembrar a percussão dos taróis. A sucessão dos esses em todos os versos do poema imita a passagem do vento de junho que varre o campo de batalha, enganosamente gentil (“com dedos”), pois aqui se trata da paz dos cemitérios. As rimas imperfeitas (*slant rhymes*), marcas registradas da poesia de Emily – rose / goes, Grass / List –, ajudam a marcar o ritmo macabro. As alterações, enfim – They / Flakes, When

/ suddenly, Wind / fingers –, completam o sabor da marcha fúnebre.

Esses apuradíssimos jogos de palavras, que dão aos poemas de Emily Dickinson, em geral quase coloquiais, a aparência da leitura fácil, na verdade escondendo grandes dificuldades semânticas, são obstáculos tremendos para os tradutores. Alcançar “quase a mesma coisa” em traduções, para utilizar a expressão de Umberto Eco, sem ser “criativo” demais, não é tarefa trivial quando se trata de verter os poemas dickinsonianos.

Com a ajuda do poeta e tradutor José Lira, o autor deste artigo, um amador, atreveu-se ao teste com o poema acima, tendo o objetivo de reproduzir, tanto quanto possível, alguns dos valores do original. Nos dois primeiros versos, não conseguiu obter o efeito das baquetas no tarol. No lugar, o verbo “tombar” deixou algo mais parecido com a batida de tambores. As pancadas do tarol só aparecem na primeira metade do penúltimo verso, com a repetição dos erres – “Um por um porém...”. Em compensação, ele manteve o sibilo dos esses em todos os versos, como no original. E também algumas alterações (repente / Vento, findaram-se / infindo, lugar / algum).

Tombaram como Flocos –
Tombaram como estrelas –
Como Pétalas de Rosa –
Quando Junho de repente
Um Vento com dedos – roça –
Findaram-se no Campo infindo –

Em lugar que olho algum avista –
Um por um porém Deus intima
De sua Inapelável – Lista.

Whitman: o outro gigante americano



F42 (1858) / J8 (1858)

There is a word Which bears a sword Can pierce an armed man – It hurls it's barbed syllables And is mute again – But where it fell The saved will tell On patriotic day, Some epauletted Brother Gave his breath away.	Existe uma palavra Que alguma espada empunha E perfura um homem armado – Lança sílabas farpadas E de novo queda muda – Mas ali onde caiu Quem escapa vai contar Na parada patriótica, Que um Irmão de regimento Já deixou de respirar.
---	---

Wherever runs the breathless sun – Wherever roams the day, There is it's noiseless onset – There is it's victory! Behold the keenest marksman! The most accomplished shot! Time's sublimest target	Onde ronda o sol sem ar – Onde ruma o dia à toa, Lá está seu mudo ataque – Lá está sua vitória! Eis o atirador mais fino! Eis o mais certo tiro! Do Tempo o sublime alvo
--	--

F764 (1863) / J754 (1863)

My Life had stood – a Loaded Gun – In Corners – till a Day The Owner passed – identified – And carried Me away –	Minha Vida – Carabina Cheia – Ficou nos Cantos – até o Dia Que o Dono – me identificou – E pra muito longe Me levou –
And now We roam in Sovereign Woods – And now We hunt the Doe – And every time I speak for Him The Mountains straight reply –	Vagando por Matas Soberanas – Nós agora caçamos a Corça – E cada vez que falo por Ele As Montanhas dão pronta resposta –
And do I smile, such cordial light Opon the Valley glow – It is as a Vesuvian face Had let it's pleasure through –	Sorriu, essa luz cordial Através do Vale se irradia – Como fosse a face do Vesúvio Sobre a qual seu prazer escorria –
And when at Night – Our good Day done – I guard My Master's Head – 'Tis better than the Eider-Duck's Deep Pillow – to have shared –	Já de Noite – cumprida a Jornada – A Cabeça do Mestre eu guardo – Melhor do que o fundo Traveseiro de Penas – haver compartilhado –
To foe of His – I'm deadly foe – None stir the second time – On whom I lay a Yellow Eye – Or an emphatic Thumb –	Seu inimigo – enfrente fatal – Outra vez ninguém sai do lugar – Quando eu lhe boto um Olhado Mau – Ou um enfático Polegar –
Though I than He – may longer live He longer must - than I – For I have but the power to kill, Without – the power to die –	Se mais que Ele – posso durar Mais do que eu – deve Ele viver – Pois só tenho o poder de matar, Sem porém – o poder de morrer –

As cifras, precedidas por letras, referem-se às numerações dos poemas de Emily Dickinson propostas pelos dois principais editores da poeta. O J é de Thomas H. Johnson, e o F é de R. W. Franklin. Johnson primeiro e depois Franklin resgataram muitas características originais dos poemas – uso incomum de maiúsculas, travessões ou sinais de disjunção, rimas imperfeitas, atentados à gramática da norma-padrão etc. –, que haviam sido “corrigidos”, trocados ou “regularizados” pelos editores precedentes.

Tradução: Antônio Carlos Queiroz

A poesia de Emily tem uma forma principal, que contribui para a sua popularidade. São as quadras do prolífico hinário do poeta, teólogo e lógico Isaac Watts (1674-1748), o “pai do hino inglês”, que ela conhecia de cor e salteado das funções religiosas que frequentava com a família quando menina e que depois costumava tocar no piano. Foi cantando e tocando os hinos de Watts que ela aprendeu a metrificar seus poemas e a usar as rimas imperfeitas.

Cuidando do jardim, ela aprendeu também a ouvir e apreciar os sons da natureza. Numa carta de 1862, disse que “os ruídos no Poço, ao Meio-Dia – superam o meu Piano”. Essa frase é de grande interesse, pois lembra o famoso haikai do poeta japonês Matsuo Bashô (1644-1694): “O velho poço/ uma rã salta/ barulho de água”. E remete à tese de R. C. Allen segundo a qual Emily teria sido uma “budista acidental”, que negou o Criador e a existência de um eu imortal sob a forma de alma.

De fato, desde cedo Emily Dickinson rebelou-se contra os dogmas religiosos de sua abastada família calvinista puritana. Trocou a fé no céu cristão, que quase sempre tratou com ironia, por uma espécie de panteísmo, uma grande reverência pela natureza (“a Mãe Gentil”) que a levou a procurar o paraíso aqui mesmo, na Terra. Num poema de 1862, ela escreveu que nunca se sentiu em casa aqui “Embaixo” e certamente não se sentiria em casa nos “Graciosos Céus”. Peremptória, disse: “Não gosto do Paraíso/ Porque é Domingo – todo o tempo – / E lá nunca tem Recreio”. Noutro poema, de 1860, ela alude ao embate entre a fé e a ciência:

“Faith” is a fine invention
For Gentlemen who see –
But Microscopes are prudent
In an Emergency.”

[A “Fé” é fina invenção
Para os Senhores que veem –
Mais úteis os Microscópios
Na hora da precisão.]
(J185-F202)

As bases para suas convicções célticas, que nunca chegaram a ser ateias, eram sólidas. Durante os sete anos em que estudou num seminário feminino, tornou-se versada em literatura clássica, latim, botânica, matemática, ▶

geologia, história e filosofia. E viveu cercada de jornais, revistas e livros, os quais chamava de “parentes da estante”, num ambiente de grande agitação cultural, fomentada pela Guerra da Secessão e a causa abolicionista.

A casa de seu pai, deputado estadual e depois federal, certa vez foi visitada por ninguém menos que o grande poeta Ralph Waldo Emerson. O mentor literário de Emily, e seu primeiro editor, Thomas Wentworth Higginson – cujos conselhos literários ela ignorou solenemente durante os 25 anos de sua correspondência –, era um abolicionista radical, lutador da causa feminista e divulgador dos avanços científicos da época, entre os quais a teoria da evolução, de Charles Darwin, que ele visitou duas vezes em Londres. Não foi por acaso, portanto, que Emily escreveu mais de 200 poemas com temas científicos, entrelaçados com dúvidas filosóficas. Num deles ela trata com desdém a temática dos possíveis sentidos da vida:

I reason, Earth is short –
And Anguish – absolute –
And many hurt,
But, what of that?

I reason, we could die –
The best Vitality
Cannot excel Decay,
But, what of that?

I reason, that in Heaven –
Somehow, it will be even –
Some new Equation, given
But, what of that?”

[Penso, a Terra é pequena –
E absoluto – o Padecer –
Por aqui há tantas penas,
Mas, fazer o quê?

Penso, vamos perecer –
Até os que estão mais Vivos
Também vão apodrecer,
Mas, fazer o quê?

Penso que em cima no Céu –
Deverá aparecer –
Alguma nova Equação
Mas, fazer o quê?
(J301/F403)

A ironia e a transgressão dos valores de sua época e sociedade são

F955 (1865) / J850 (1864)

I sing to use the Waiting
My Bonnet but to tie
And shut the Door unto my House
No more to do have I

Eu canto enquanto espero
Amarro a minha Touca
E tranco a Porta de Casa
Só isso, coisa pouca

Till His best step approaching
We journey to the Day
And tell each other how We sung
To Keep the Dark away.

Até sentir Seus passos
Percorremos o Dia
Lembrando nossos Cantos
Que o Escuro Venciam.

F1495 (1879) / J1455 (1879)

Opinion is a flitting thing,
But Truth, outlasts the Sun –
If then we cannot own them both –
Possess the oldest one –

A opinião é coisa bamba,
Mais que o Sol dura a Verdade –
Se não podemos reter ambas –
Fiquemos com a de mais idade –

elementos centrais na arte de Emily Dickinson, muito estudada, mas ainda pouco compreendida. No Brasil, é auspicioso o crescimento da fortuna crítica da poeta, muito embora haja mais fortuna do que crítica. Há falta de debate, motivada – quem sabe? – pelo receio da polêmica. Seria útil questionar, por exemplo, a qualidade de nossas traduções, que, por leitura equivocada dos originais, às vezes tornam a versão em português mais difícil do que em inglês. Com todo o respeito, vai aqui um exemplo isolado de má tradução, cometido por Augusto de Campos, de quem nunca se esperaria esse tipo de erro. Eis o poema e a tradução:

A Dimple in the Tomb
Makes that ferocious Room
A Home –

[Um Vão na Pedra Tumular
Faz do feroz Lugar
Um Lar –]
(J1489/F1522)

Como se sabe que o terceto foi inserido numa carta que Emily Dickinson mandou para Thomas W. Higginson na primavera de 1880, dois meses após a morte da filhinha do crítico, Louise, a palavra “Dimple”, no caso, referia-se à covinha do rosto da menina, sem nada a ver com algum “Vão na Pedra Tumular”. Seria óbvio, portanto, propor outra tradução do primeiro verso que fica, aliás, melhor



Shakespeare: quase tão original quanto

em português do que em inglês, pela coincidência das formas “Covinha” e “Cova”. Assim:

Uma Covinha na Cova
Faz do feroz Lugar
Um Lar –

Como a melhor crítica de um poema é outro, para citar John Cage, lembrado pelo próprio Campos, esse tipo de exercício contribuiria sobremaneira para a melhor apreciação da grande poeta norte-americana. ■

TIRE DA SUA VIDA AQUELA TV QUE NÃO VALE NADA.
USE O CRÉDITO CAIXA PARA COMPRAR UMA NOVA.

crédito
CAIXA

As melhores taxas do mercado para você realizar os seus sonhos.



SAC CAIXA 0800 726 0101

(informações, reclamações, sugestões e elogios)

0800 726 2492 (para pessoas com deficiência auditiva)

Ouvidoria 0800 725 7474

O banco que acredita nas pessoas

CAIXA



COM AS RIQUEZAS
DO PRÉ-SAL
CHEGANDO ÀS MÃOS DE
TODOS OS BRASILEIROS,
O PAÍS CRESCE
CADA VEZ MAIS
SOBERANO.

NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA O PETRÓLEO E GÁS DO PRÉ-SAL: O BRASIL E A ANP PRONTOS PARA NOVOS DESAFIOS.

A proposta de novas regras para a exploração de petróleo e gás no Pré-Sal abre um novo capítulo na história do Brasil. A maior participação do Estado brasileiro nas receitas do petróleo e seu maior controle sobre o ritmo de produção fortalecem a soberania do País e abrem caminho para acelerar o crescimento, em benefício da sociedade. A ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ajudou a escrever essa história. O grande desenvolvimento do setor, desde a criação da ANP, trouxe mais conhecimento sobre nosso potencial petrolífero e levou a descobertas no Pré-Sal. Tudo isso com regras claras, transparência e respeito aos contratos celebrados. Participante da formulação da proposta de regulação para essa nova fronteira petrolífera, a ANP está pronta para superar os próximos desafios e consolidar mais essa conquista de todos os brasileiros.



Ministério de
Minas e Energia

